

tempo e

presença

Publicação mensal do CEDI
Número 181
Abril de 1983



Flávio Ribeiro

A CRISE E OS TRABALHADORES

São graves os problemas enfrentados pelas igrejas, como instituições, na atual configuração política da América Latina. As divergências se acentuam (tanto entre católicos como protestantes) na medida em que os conflitos crescem ao lado de uma situação de intervenção, guerrilhas, fome e opressão.

Embora freqüentes, estas crises vêm adquirindo, nos últimos anos, contornos um pouco mais definidos. Do lado católico a voz dos descontentes, aqueles setores que não conseguem separar a pregação do Evangelho do contexto da denúncia de estruturas injustas e opressoras. No protestantismo, o conflito também se agrava na medida em que setores mais avançados retomam uma linha de ação e pensamento, mais ou menos sufocados nos períodos autoritários. E a repercussão é forte nos Estados Unidos como se pode ver na reprodução que Presença faz dos documentos de resposta que setores da vida religiosa norte-americana fazem aos ataques publicados pelo Reader's Digest Seleções e a CBS.

As polarizações, hoje, são múltiplas, mas, de certa maneira é possível perceber três matizes principais: instituição x movimentos carismáticos x inovadores (progressistas). Hoje os movimentos carismáticos aparecem, em sua maioria, como reforço dos conservadores; sendo quase sempre uma ala a mais na luta contra os progressistas das Igrejas.

Talvez se possa perceber algo novo no lado dos inovadores: ao contrário dos movimentos da década de 60, não há intenções de abandono das igrejas e sim uma tentativa de fazer o corpo avançar como um todo. Tanto católicos como protestantes estão equacionando sua luta inovadora dentro do corpo eclesiástico de maneira mais definida e clara.

Não se pode dizer que esta é uma tendência nas Igrejas (nem tentar considerar como igual o que se processa no interior das instituições católicas como protestantes), mas sim constatar que é uma tendência crescente em ambas as confissões.

De qualquer maneira a situação que se reflete no Brasil representa um pouco todas estas formas de agir e pensar.

As Igrejas estão agora enfrentando a problemática de se situarem perante governos de oposição com as complicadas articulações que se configuram. De uma forma mais clara, as relações dos movimentos populares com estes governos trarão também a necessidade de amplos debates, uma vez que se alteram (ou não) as regras do jogo. Nesse sentido, abordamos também as questões que permeiam hoje a vida dos trabalhadores, através das comemorações do 1º de maio, com ênfase no problema do desemprego e suas graves consequências sociais.

De qualquer maneira vamos procurar trazer para aqui os efeitos deste debate e suas consequências para a Igreja.

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício P. de Matos

Conselho Editorial
Elter Dias Maciel
Rubem Alves
Jether Pereira Ramalho
Heloísa Martins
Luiz Roncari

Composição
Prensa
Rua Cte. Vergueiro da Cruz, 26
Tel. 280-8507

Fotolito e Impressão
Clip – Rua do Senado, 200
Telefone 252-4610

Pedidos em cheques para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 – Rio de Janeiro – RJ

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone 205-5197
22241 – Rio de Janeiro – RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 – São Paulo – SP

Editor
Elter Dias Maciel

Redatores
Carlos Cunha
André A. Toral
Luiz Roncari
José Ricardo Ramalho

Programação Visual
Anita Slade
Martha Braga

Produção Gráfica
Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura

PRIMEIRO DE MAIO DE 83: OS TRABALHADORES E A CRISE

**José Ricardo Ramalho
Aluizio Mercadante Oliva**

Dia do Trabalho de 1983. Ano de crise, desemprego, medo de concentração de trabalhadores, devido aos últimos acontecimentos ocorridos em São Paulo, e de teste dos governos estaduais de oposição. Ao contrário do que ocorreu nos anos anteriores, em que os governantes promoviam comemorações oficiais, tendo em vista, principalmente, esvaziar as manifestações organizadas pelos próprios trabalhadores e suas entidades, em 83 foi diferente. Como se comportarão eles? Que iniciativas tomarão? E percebeu-se desde então que não havia muita razão para desfile e banda na praça, mas não faltavam razões para que o trabalhador se reunisse, reivindicasse e fizesse sentir sua força. Neste artigo, Aluizio Mercadante Oliva e José Ricardo Ramalho fazem uma avaliação da conjuntura em que se inseriu o Dia do Trabalho neste ano.

Nas comemorações do 1º de maio de 1983, o trabalhador brasileiro enfrentou mais do que nunca as dificuldades de quem, sem saber bem como, acaba tendo que suportar a carga pesada de uma crise econômica, a qual não tem tido o direito de questionar, enquanto paga por ela. De um lado, uma taxa cavalar de desemprego, que já atinge aproximadamente quatro milhões de trabalhadores, mudanças para pior numa lei salarial já prejudicial aos assalariados, uma inflação crescente que atua de forma devastadora sobre os bens alimentícios básicos. E de outro, um descontentamento acumulado, que não encontra canais de expressão, respostas políticas e medidas concretas para as reivindicações que acabam forjando quebra-quebra de ônibus, saques a supermercados e lojas comerciais, invasões a palácios, mesmo quando se trata de recém-empossados governos de oposição.

QUADRO DESESPERADOR PARA O TRABALHADOR

Mas tem mais. Elegem-se assuntos políticos para o debate institucional (sucessão, voto distrital etc), mas permanece inalterado o tratamento de questões relativas à liberdade e autonomia sindicais. As medidas recentes para conter a onda de desemprego são extremamente tímidas e não têm

apresentado resultados visíveis; as negociações diretas entre patrões e empregados esbarram constantemente numa lei antigreve que cerceia um direito legítimo, numa legislação sindical que mantém atrelada ao Estado a organização dos trabalhadores. E assim, vamos compondo um quadro que é grave para alguns e desesperador para a maioria da população trabalhadora brasileira.

O modelo econômico entrou em colapso. O País deve mais de noventa bilhões de dólares aos banqueiros internacionais, está renegociando sua dívida em condições desfavoráveis e precisou até assinar uma carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional para conseguir algum aval junto à comunidade financeira internacional.

Estamos assistindo a esta longa novela, amordaçados. Os diversos setores da sociedade, mas principalmente os trabalhadores, através de seus órgãos de classe, não foram consultados sobre a conveniência dessas medidas, nem convidados para os jantares oficiais que precedem os pacotes econômicos, nem sequer recebidos pelas autoridades quando desejavam entregar, através de suas lideranças, suas reivindicações.

Enquanto isso, a política econômica continua sendo gerida em função da dívida externa e dos interesses dos grandes banqueiros internacionais e nacionais, agora diretamente sob a tutela do FMI. Muda-se a lei salarial, retirando os dez por cento acima do INPC para os trabalhadores que ganham até três salários mínimos, alegando-se influência no processo inflacionário, num país onde as empresas pagam mais juros que salários.

O agravamento da crise econômica tende a universalizar os interesses dos trabalhadores, especialmente no que se refere à urgência de uma política contra o desemprego e de mudanças na lei salarial. Mas, não se pode deixar de considerar que o desemprego e o arrocho salarial têm grande influência sobre a vida sindical. É notório que em períodos de crise econômica a ação sindical se retrai ou passa a uma atuação voltada primordialmente para a garantia do emprego, o que deixa margem a uma condição mais tranquila, por parte dos donos do capital, das medidas que possam viabilizar saídas, obviamente reforçando sua situação numa nova conjuntura econômica. E os sindicatos estão passando por momentos difíceis que exigem um intenso trabalho de reconstituição de sua força política.



1º de Maio de 83: a necessidade da união

ESPERANÇA, CUT: UMA ENTIDADE NACIONAL

Este 1º de maio aconteceu numa conjuntura em que cada vez mais se fez necessária uma participação efetiva dos trabalhadores num processo de negociação política no sentido de debater os assuntos que afetem diretamente sua vida através dos salários, da moradia, da doença, do lazer e da sua organização enquanto classe.

É verdade que depois de 15 de novembro, com a eleição, pelo voto direto, de vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores, têm surgido inúmeras propostas de trégua e conciliação, vindas do governo e de setores dos partidos de oposição. Mas são soluções políticas entre aqueles que compõem as elites econômicas e políticas. Fala-se e discute-se o voto distrital, uma reforma constitucional ou a sucessão presidencial como temas legítimos e fundamentais, deixando de lado questões como as da liberdade e autonomia sindical. A ordem de legitimidade das questões colocadas reflete, na verdade, a força relativa dos setores políticos envolvidos: as questões que dizem respeito diretamente aos trabalhadores são relegadas a preocupação de setores politicamente minoritários e facilmente taxados de radicais. O trabalhador fica de fora da conciliação mas deve ter voz ativa num processo de negociação política que leve em conta efetivamente sua participação nos destinos do País.

O 1º de Maio deste ano apesar das imensas dificuldades do movimento sindical e do momento político, traz grandes esperanças. O desafio está em primeiro lugar, na capacidade das lideranças lograrem realizar ações unitárias e massivas, apesar das divergências políticas profundas. Res-

ta ver qual o apoio e iniciativas que terão os governos de oposição nesse sentido, já que não mais têm razão de ser as comemorações oficiais, como eram realizadas anteriormente. E de outro, na capacidade dos partidos políticos, sindicatos, lideranças e todos nós, aprendermos com os acontecimentos recentes que demonstram o despreparo e a crise de representação e legitimidade política das entidades e instituições para enfrentar a problemática do desemprego.

O desemprego, as mudanças impostas na lei salarial e o rumo da política econômica, que descarrega nos trabalhadores o ônus da crise, exigem respostas unitárias. O 1º de Maio pode simbolizar um passo importante na realização da CONCLAT e na criação da Central Única dos Trabalhadores. A CUT confere aos trabalhadores da cidade e do campo uma oportunidade sem igual na história recente do País de estarem representados organizadamente numa entidade nacional, representativa, livre e democrática.

O 1º de Maio como o dia do trabalhador, precisa ser, dentro do espírito mesmo que lhe deu origem, um momento ritual de legitimação das questões prioritárias dos trabalhadores. E a eficácia política desse momento depende da expressão de legitimidade de suas lideranças, da força de suas organizações e da demonstração de confiança e de dignidade daqueles que são responsáveis pela riqueza da nação e não pela crise econômica.

José Ricardo Ramalho é professor do IFCS da UFRJ e assessor do CEDI.

Aluizio Mercadante Oliva é professor da PUC-SP, Vice Presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e assessor do CEDI.

1979

Em 1978, as manifestações de 1º de maio já tinham mobilizado um número razoável de trabalhadores. No ABC, em São Paulo, Osasco, Recife, Contagem, as comemorações oficiais foram ofuscadas por concentrações de trabalhadores que, fugindo à manipulação, recuperavam o sentido da data, levantando suas reivindicações: fim do arrocho salarial, sindicatos livres, liberdade de greve, negociações coletivas de trabalho, etc.

Em São Paulo, com o 1º de maio coincidindo com a greve dos metalúrgicos do ABC e do funcionalismo público, o comando de greve conseguiu levar mais de 100 mil pessoas para o estádio de Vila Euclides.

1980

Nesse ano, o movimento sindical atingiu o auge da mobilização. No ABC, em 1º de maio, os metalúrgicos já estavam há trinta e dois dias em greve. A liderança sindical, Lula e mais quatorze sindicalistas, estava presa no DEOPS. Havia todo tipo de pressão por parte da PM e do Exército contra as manifestações programadas para o Dia do Trabalho. Mesmo assim, 100 mil trabalhadores

reuniram-se no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, depois de participarem da missa na catedral e, de lá, se dirigiram ao campo numa passeata monstro. Durante o ato, verdadeira assembleia em que os trabalhadores levantavam suas reivindicações, helicópteros do Exército sobrevoavam o campo, tentando atemorizar e causar pânico entre os participantes. Porém, foi em vão, todos ficaram até o fim. Terminados os comícios, todos se retiraram ordenadamente. Aloísio Mercadante Oliva, numa bela crônica que escreveu na época, conta como foi: "O estádio foi sendo esvaziado pouco a pouco. As pessoas ainda tinham uma tensão diferente nos seus corpos (...). Começariam agora os comentários nas suas casas e com seus vizinhos. Começariam agora as estórias nos cantos dos bares e nas ruas, nos pontos de ônibus e nas praças. E as lendas passariam de boca em boca, pois quem conta um conto aumenta um conto".

1981

O desemprego já era, em 81, a principal preocupação dos trabalhadores. Garantir o emprego se tornava tão importante para o trabalhador, quanto a conquista de novos direitos e o aumento do índice dos reajus-

tes. A consequência foi o refluxo e a desmobilização em relação aos anos anteriores, que vinham num crescendo. Mesmo assim, o Dia do Trabalho reunia um número considerável de pessoas em São Paulo (8 mil), São Bernardo (5 mil), Rio (15 mil), Vitória (3 mil), Fortaleza (3 mil), Belo Horizonte (mil).

Alguns fatos novos podiam ser observados nesse ano: na Grande São Paulo, os partidos políticos realizavam suas manifestações de 1º de maio separadamente: O PT, no Paço Municipal de São Bernardo, e o PMDB, na Praça da Sé; o número de trabalhadores presentes se equilibrava com o de "intelectuais" e estudantes; e os temas dominantes nos discursos passavam a ser: desemprego, garantia de emprego, estabilidade, demissões, custo de vida, inflação, redução da jornada de trabalho sem redução do salário, piso profissional, representante sindical.

1982

O desemprego deixa de ser uma ameaça e passa a ser um fato. A mensagem da CNBB sobre o 1º de maio toca nos dois problemas centrais que afetam os trabalhadores: "As altas taxas de desemprego e a falta de liberdade e autonomia sindical

foram apontados ontem, pela presidência da CNBB e pelos bispos que integram a Comissão Episcopal de Pastoral, como problemas graves que continuam pesando sobre o mundo do trabalho".

O presidente João Batista Figueiredo falava à nação às 20h15m, em uma rede nacional de rádio e TV. O governo paulista, tendo Maluf no Palácio dos Bandeirantes, programava festas de 1º de maio na capital e no interior. Entretanto, no Paço Municipal de São Bernardo, às 11 horas da manhã, realizava-se um ato público convocado pelo PT, contra o "pacote da Previdência" que tramitava no congresso. Defendia-se a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na realização da IIª CÔNCLAT.

Na Praça da Sé, a Unidade Sindical promovia outro ato, com as mesmas bandeiras, porém, com outras lideranças sindicais. Sentia-se que o movimento operário não tinha a mesma capacidade de mobilização, e a representatividade política das lideranças, divididas em duas grandes articulações, era muito menor que em anos anteriores.



Trabalhador brasileiro: no rosto a apreensão com um futuro incerto

UMA CRÔNICA DO PRIMEIRO DE MAIO

Azis Simão

O 1º de Maio é uma data singular: no mesmo momento em que foi marcada por um fato que se tornaria histórico, começou sua própria história. Não se incluiu pacificamente na lista dos dias feriados. Antes, percorreu décadas de contendas sociais, exaltada por uns, temida por outros, disputada, policiada e, enfim, serenada no rol oficial das comemorações, por meio de alteração do seu significado original. Olhando simplificadamente sua trajetória, passou de subversiva a ordeira, de militante a burocrática, de reivindicadora a ociosa. No início, foi proclamada dia de luto e luta — luto pelos Mártires de Chicago; luta pela causa dos trabalhadores. Os Mártires foram operários participantes de um comício grevista em 1886.

PRIMEIRAS LUTAS; PRIMEIRAS CONQUISTAS

Quando o sindicalismo europeu já tinha avançado meio século de história, entrando na fase de articulações internacionais, o movimento operário norte-americano começava a incorporar-se no plano organizatório e no volume de greves. Por volta de 1880, criou mais de uma dezena de associações empenhadas em agremiar nacionalmente a classe trabalhadora. Uma delas — a União Nacional do Trabalho — chegou mesmo a representar-se no Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, realizado na Suíça em 1869. Mas, curiosamente, a que teve maior êxito, tornando-se a primeira federação nacional efetiva, foi a de menor combatividade inicial e ostentava o pomposo nome de Nobre Ordem dos Cavaleiros do Trabalho. O grande afluxo de imigrantes europeus forneceu-lhe lide ranças mais ativas e, em 1886, contava com setecentos mil aderentes.

Nesse tempo, a experiência sindical européia já tinha elaborado uma lista de reivindicações, além do aumento salarial; redução da jornada de trabalho para oito horas, descanso semanal, supressão do trabalho noturno, igual salário para igual trabalho (hoje chamado salário profissional), fixação legal do salário mínimo, proteção no trabalho para mulheres e crianças, aposentadoria para os idosos, reconhecimento do sindicato e negociações coletivas de trabalho. A redução da jornada e da semana de trabalho ordinário foi a principal reivindicação durante a segunda metade do século passado e a primeira deste século. Obviamente, essas reivindicações foram incorporadas pelo movimento sindical norte-americano, como pelos demais que vinham da trilha do europeu.

Nos Estados Unidos, o conflito no campo das relações empregatícias assumiu, freqüentemente, uma violência bem maior que na Europa durante o período de mais forte coibição do sindicalismo. Seu aspecto dramático tornou-se assunto de literatura e cinema.

OS “MÁRTIRES DE CHICAGO”

O dia 1º de Maio de 1886 foi marcado como data inicial da grande campanha pela jornada de oito horas nos Estados Unidos. Naquele ano eclodiram cerca de mil e seiscentas greves por todo o parque industrial, envolvendo seiscentos mil assalariados, e delas, quase metade no mês de maio. Em Chicago, maior centro grevista, com oitenta mil participantes, o confrontamento teve trágicas consequências. A repressão policial a piquetes de greve feriu vários operários e a seção local dos Cavaleiros convocou um comício de protesto para a tarde de 4 de maio na Praça Maymarket. Na manifestação, quando falavam líderes anarquistas, a polícia interveio e uma bomba explodiu — feridos, policiais mortos e oito anarquistas presos. As duas partes atribuíram, uma à outra, o lançamento da bomba. Cinco dos oito anarquistas detidos — um norte-americano e quatro alemães — foram condenados à morte. Ling suicidou-se. Parsons, Spies, Fischer e Engel foram enforcados em Chicago, no dia 11 de novembro de 1887. Os outros três foram indultados em 1893, estando o governador convencido de que, julgados numa atmosfera carregada de preconceitos, não se podia afirmar sua culpabilidade.

O processo judicial e a execução repercutiram por toda parte constituindo mais um catalizador do movimento operário. Nos Estados Unidos, não se refrearam as atividades das Uniões. Entre 1889 e o fim do século registraram-se mais de mil greves, ocorridas em parte no mês de maio. Na Europa, os círculos anarquistas e os sindicatos, cada qual por sua vez e a seu modo, proclamaram o 1º de Maio *Dia dos Mártires de Chicago e dos trabalhadores*, decidindo por sua celebração anual. Os socialistas o fizeram oficialmente no Congresso de Fundação da Segunda Internacional Operária, realizada em Paris, em 1889. A primeira celebração foi no ano seguinte com greves em muitos países, principalmente na França onde se registrou maior número de incidentes com a polícia. Daí em diante, a data se tornou o primeiro feriado do calendário trabalhista, crescendo sempre a quantidade dos que largavam o trabalho para comemorá-la de diversas formas: passeatas, comícios,

conferências, distribuição de publicações e afixação de cartazes. E, quando possível, através de greves, como a de 1º de maio de 1906 na França. A paralisação pela jornada de oito horas foi geral, com violentas manifestações e mobilização das tropas. Distante, no mesmo mês e ano, outra greve generalizada parava o incipiente núcleo industrial de São Paulo.

1º DE MAIO EM SÃO PAULO, 1894

Cidade pequena, algumas fábricas, muitas oficinas. *O Correio Paulistano*, jornal do partido governista, noticiava na primeira página: "No intuito de prevenir manifestações contrárias à ordem pública no dia de hoje, que é o dia da festa operária, o Chefe de Polícia do Estado tomou provisões energicas". Foram distribuídas pela cidade uma força de oitocentos homens armados e patrulhas de cavalários, reforçadas as guardas dos edifícios públicos e "intimados a comparecer à repartição de polícia indivíduos mais ou menos em relação com os fatos". Eram anarquistas e socialistas chegados na grande correnteza da imigração italiana, que começavam a propaganda de idéias e a formação de ligas operárias de resistência ao patronato, certamente vinculados às dezenas de greves ocorridas entre 1888 e 1893.

Em novembro de 1898, o número 33 de *Il Risveglio, giornale anarchico*, que contava com correspondentes italianos em treze cidades do Estado, publicou um artigo informativo e doutrinário a respeito dos acontecimentos de Chicago, transcrevendo dados biográficos dos condenados e suas últimas palavras no Tribunal e no patíbulo. Algumas outras fontes também mostram que, em São Paulo, a celebração do 1º de Maio não fora inicialmente difundida como simples festa operária, mas como protesto operário ideologicamente orientado, motivando medidas policiais e militares de contenção. A data "assumiu em pouco tempo uma importância tal que espanta a burguesia de todos os países, a qual imagina, nesse dia, morticínio e carnificinas", dizia o jornal socialista *Avanti* em 1901. Apesar do policiamento, foi celebrada várias vezes, como "demonações e pelas ruas" como informava o mesmo periódico, lamentando que não tivesse sido, naquele ano, "espetacular como nos anos passados". Em 1901, todas as autoridades e comandantes de Corpos, em conferência, combinaram rigorosas medidas de repressão: reforço e prontidão de todos os destacamentos policiais e trinta cavalários na guarda do Largo do Palácio; impedimento do comício, apreensão do jornal *Primo Maggio* e de manifestos e cartazes, tendo sido preso um dos afixadores. Frustrado o programa da Comissão representativa de três sociedades políticas e cinco sindicais, a comemoração reduziu-se a uma solenidade em recinto fechado, com discursos e o Hino dos Trabalhadores.

OS "DONOS" ASSUMEM A FESTA

Por esse tempo, paralelamente, começava o processo de

domesticação do 1º de Maio, em que se ia formando uma concepção alternativa de seu conteúdo ideológico e forma de celebração. A técnica social e política consistia em inclui-lo no rol das festas populares como dia da confraternização operária e da exaltação do trabalho. E isso não principiou apenas e necessariamente em pequenas localidades. Se, em Taubaté, o festejo contou com a presença do cônsul italiano e um discurso do delegado de polícia, em Palmeiras, no Paraná, houve palestra em recinto fechado e distribuição de jornais e folhetos anarquistas. No Rio de Janeiro, a comemoração autorizada misturou comportamentos de afirmação radical e de conformação social. O préstimo percorreu as redações da grande imprensa, recebendo de uma delas a gravura do Anjo da Vitória coroando o Trabalho, e ostentava, entre alguns estandartes, o apelo de Marx: "Proletários de todos os países, uni-vos!" seguido da banda de música da Infantaria da Marinha.

Com o tempo, foi aumentando o número de cidades onde se comemorava o 1º de Maio, pelo menos às vezes, seja com manifestações de caráter ideológico, seja com atividades meramente lúdicas, como desfiles festivos, bailes e piqueniques. Esses últimos procedimentos eram condenados em termos ásperos por jornais e manifestos de anarquistas e socialistas, pois desvirtuavam o significado histórico da data, contido na legenda dos Mártires de Chicago. Com ela, abriam os manifestos convocatórios e as celebrações em recinto fechado ou praça pública, onde falavam militantes de oratória muito aplaudida. Em São Paulo, as reuniões eram feitas, não só em sedes associativas, mas também em pequenos teatros ou salões com palco, quando havia representações depois das palestras. Duas peças compunham o repertório dos grupos amadores: *Primo Maggio* e *Ideale*. A primeira, indefectível, varou mais de trinta anos, sendo levada pela última vez em 1934, numa solenidade da Federação Operária de São Paulo. E sempre havia distribuição de jornais, opúsculos e panfletos em português e italiano. No primeiro quinquênio do século, algumas sessões já contavam com uma frequência de trezentos a quinhentas pessoas de ambos os sexos.

O 1º de Maio foi deixando de ser um fantasma, devido à transcorrência ordeira das comemorações, ao caráter meramente festivo da maioria delas e à experiência que a burguesia ganhava em sua manipulação social e repressão policial. Até a grande imprensa passou a noticiá-las, mesmo quando promovidas por ligas de resistência, por jornais operários e círculos ideológicos de esquerda. *La Battaglia*, em 1912, irritada com certos aspectos da mudança, dizia que todos comemoravam, inclusive os patrões, o que não tinha sentido.

MOVIMENTOS GREVISTAS E O MÊS DE MAIO

Mas, se as celebrações não eram carnificinas, maio nem sempre e por toda parte era tranquilo. Havia greves. Certamente não foi em todo ano o mês das greves ou da maioria delas. Eclodiam em qualquer tempo, mesmo as preparadas. Não tinham época previsível como hoje, mar-

cada pela renovação de acordos salariais ou convenções coletivas de trabalho, então inexistentes. Contudo, entre os militantes, havia preferência por estimulá-las em maio. Um comentarista da imprensa operária chegou a dizer que se-mearav greves durante o ano para colhê-las naquele mês. Às vezes, fizeram boa colheita, como nas quatro ocasiões de greves generalizadas.

O I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro a 5 de abril de 1906, recomendou a intensificação da luta pela jornada de oito horas. Em São Paulo, três mil ferroviários deram a partida, ao estenderem uma greve geral local da categoria, declarada no dia 15 de maio. Na capital, o movimento envolveu mais de seis mil trabalhadores, paralisando quase inteiramente os dois maiores bairros industriais — Brás e Mooca. A greve passou para várias cidades, inclusive de outros Estados, como Rio de Janeiro, Petrópolis e Porto Alegre, onde também se generalizou. No ano seguinte, estimulado pela Federação Operária, o movimento paredista culminou em maio, repercutindo novamente em outros Estados. Em 1912, depois de intensa propaganda para a celebração do 1º de Maio, dez mil operários entraram em greve nas cidades de São Paulo e adjacências.

Doutra parte, houve comemorações expressivas sem greve e a maior das greves não foi em maio. Por todo esse tem-

po, a data continuou sendo celebrada com reuniões em recinto fechado, algumas vezes chamadas de *comícios* pela imprensa operária. As tentativas de manifestação em praça pública, com sentido de protesto social, eram frustradas pela polícia, mas, em 1914 e 1925, foram autorizados comícios — talvez os primeiros do Largo da Sé — e passeatas pelas ruas do centro da cidade, tudo devidamente policiado. O primeiro foi convocado pelas ligas e círculos, sob o rótulo de Associações Populares de São Paulo, para protestar contra o gravoso custo de vida e o desemprego. O segundo pela Comissão Internacional contra a Guerra, na qual se representavam todas as associações operárias da Capital. Depois de realizarem dois comícios em pontos diferentes da cidade, os trabalhadores dirigiram-se incorporados para o Largo da Sé, onde “a multidão, que enchia a praça, aplaudiu com entusiasmo os oradores”, conforme notícia do *Correio Paulistano*.

Foi em julho a histórica greve geral de 1917, que paralisou inteiramente a capital por uma semana, irradiando-se para outras cidades, e obrigou o patronado e o próprio governo a negociarem com o Comitê de Defesa Proletária. Com o descumprimento do acordo pelos empresários, a irritação campeou entre os trabalhadores e explodiu em 1919. A quarta greve generalizada ocorreu logo após a comemoração do 1º de maio, qualificada de imponente na

1º de Maio em São Bernardo: o povo tomou conta das ruas



João Bittar

extensa notícia d'*O Estado de São Paulo*: comícios parciais em vários bairros e um geral no Largo da Sé, reunindo cerca de dez mil pessoas; estandartes e dísticos junto à tribuna; oradores e moção libertária aplaudidos clamorosamente; passeata pelo centro da cidade, vivendo e cantando *A Internacional*. No dia seguinte, a dispensa de um operário, orador no comício, foi o estopim que deflagrou rapidamente uma greve de grandes proporções, paralisando quase toda a indústria e comércio. A polícia atribuiu o movimento a um plano do Comitê de Defesa Proletária, que o negou, ao mesmo tempo em que se declarava inteiramente com os grevistas. Daí por diante, foi reforçado o patrulhamento dos locais escolhidos para celebrações de caráter reivindicatório, com o fim de desencorajar o comparecimento. Assim, no dia 1º de Maio de 1923, o “Largo da Sé tinha o aspecto de uma praça de guerra”, dizia *A Plebe* em seu protesto, o que não impediu a presença de grande multidão.

POR FIM O FERIADO NO BRASIL

Por decreto de setembro de 1925, ratificado em 1930, o 1º de Maio foi considerado feriado “por ser a data consagrada à confraternização universal das classes operárias e à comemoração dos mártires do Trabalho”. Nem por isso suas celebrações deixaram de ser fortemente policiadas quando não eram simples festejos devidamente consentidos pelas autoridades. As medidas policiais referentes a comícios e passeatas não eram aplicadas uniformemente em todo o País, mas segundo o lugar e o momento. Assim, em 1935, enquanto no Rio se realizava uma grande manifestação na Esplanada do Castelo, em São Paulo só se permitiam reuniões em recinto fechado e sujeitas a pedido prévio.

Durante a vigência do *Estado de Guerra*, o 1º de Maio desapareceu, para voltar inteiramente transfigurado sob o Estado Novo. Foi quando se completou o longo processo de sua domesticação. Em consequência das conhecidas mudanças nas relações entre o sindicato e o Estado, deixara de ser reivindicador e subversivo, até mesmo simplesmente festivo. Tornou-se o dia oficial de dádivas governamentais aos trabalhadores, de regozijo pelas outorgas e homenagens ao outorgante. O Presidente da República comemorou o 1º de Maio de 1938 numa festa palaciana, em que assinou decretos-leis beneficiando os assalariados. Houve manifestações em várias capitais, destacando-se as de Belo Horizonte e Porto Alegre pelo número de participantes: quinze mil em cada uma. Mas no Rio de Janeiro e São Paulo, foram apenas permitidas reuniões em sedes de sindicatos ou de quaisquer outras associações, cujo funcionamento estivesse autorizado por lei.

DO ESTADO NOVO AOS NOSSOS DIAS

Em 1940, já enquadrados os sindicatos, “revestiram-se de grande brilho as festas comemorativas do dia do Trabalho em todo o País”, informou *O Estado de São Paulo*, na

abertura de seu noticiário de duas páginas. Além disso, dois fatos novos marcaram esse ano. As próprias autoridades públicas, juntamente com os sindicatos, passaram a organizar comemorações festivas. O Presidente da República iniciou seus comícios nos estádios do Vasco da Gama e do Pacaembu, entre 1940 e 1945. No primeiro, falando a quarenta mil trabalhadores, Getúlio Vargas mostrou-se como salvador, distinguindo o inferno e o paraíso achado: “A obra de reparação e justiça realizada pelo Estado Novo distancia-nos, imensamente, desse passado condenável que comprometia os vossos sentimentos cristãos e se tornara obstáculo insuperável à solidariedade nacional. Naquela época, ao aproximar-se o 1º de maio o ambiente era bem diverso. Generalizavam-se as apreensões e abria-se um período de buscas policiais nos núcleos associativos, pondo-se em custódia os suspeitos, dando a todos uma sensação de insegurança e exibindo um luxo de força nas ruas e locais de reunião, que não raro, redundavam em choques e conflitos sangrentos. Atualmente a data comemorativa dos homens de trabalho é festiva e de comemoração”.

No mesmo comício já se evidenciava a mudança da dedicatória do 1º de Maio, não no texto da lei, mas na prática política. Deixava de ser data consagrada à confraternização das classes operárias para ser dia da confraternização das classes sociais. O Presidente assinou o decreto-lei que instituiu o salário-mínimo, agraciou um industrial com diploma de benemerência e distribuiu medalhas à União Geral dos Trabalhadores do Distrito Federal, à Federação Nacional dos Marítimos e à Confederação Nacional da Indústria, representando, respectivamente, os operários de terra e mar, e o patronato.

Sem Mártires de Chicago, sem Pai dos Pobres, o 1º de Maio entrou vazio nos dezoito anos democoráticos que se seguiram ao Estado Novo. Desligado da prática sindical regular e da política trabalhista governamental, foi usado esporadicamente para algum congresso ou assembleia de grevistas e como dia de anúncio radiofônico dos aumentos de salário-mínimo. Nem isso nos anos autoritários que vieram de 1964. Tornou-se um feriado comum — e melhor quando se junta a um fim de semana.

Mas em 1979 e 1980, os metalúrgicos de quatro municípios da Grande São Paulo — área do ABC — romperam com a proibição de greve, na época da renovação do acordo salarial. Nas duas vezes, o tempo de greve incluiu o 1º de Maio e a multidão de operários ocupou o estádio de São Bernardo. Ressurgimento ou coincidência? O tempo social já não diluiu a imagem sentimental de maio, mostrada nos versos singelos de Ada Negri, que o *Avanti* publicou em 1901?

*Maggio d'ali e di sol, maggio di fiori,
di bacci, di canzoni:
che vinti non avrà ne vincitori
che non avrà ne servi ne padroni.*

Pau em São Paulo Acorda Montoro

Luiz Roncari

“Estamos há duas semanas apenas no governo, há duas semanas!” Montoro não sabia dizer outra coisa à massa de desempregados que invadiu o palácio dos Bandeirantes, no dia 5 de abril. Na verdade, a coisa não era bem assim. Desde a campanha eleitoral, os partidos de oposição sabiam que a política recessiva do governo central exigiria uma resposta política e econômica, por parte dos governos estaduais, que encaminhasse os graves problemas sociais, como o desemprego, resultantes da recessão. Tanto sabiam, que, inflação, custo de vida e desemprego, foram os principais temas de crítica às situações estaduais. Os partidos de oposição que disputavam as eleições, principalmente aqueles que tinham condições de vitória, já sustentavam em seus programas, que não bastava mais simplesmente fazer denúncias, mas que deveriam elaborar propostas alternativas de governo, com medidas concretas a serem implementadas imediatamente, dada a gravidade da situação.

A partir da vitória nos principais Estados, em 15 de novembro, se a intenção fosse de marcar radicalmente a diferença com os governos anteriores, a atenção dos vitoriosos deveria estar centrada nessas questões, as mais prementes que vivia a sociedade, pelo menos, os trabalhadores. Tratava-se, então, a partir daí, de transformar os programas eleitorais e mobilizadores, em passos e etapas de medidas concretas para se enfrentar a situação. Isso, se a intenção de levantar esses temas, como custo de vida e desemprego, não tinha finalidade apenas eleitoreira.

Soluções improvisadas

No entanto, as medidas apresentadas por Montoro, no fim do segundo dia de quebra-quebra, como a de abrir frentes de trabalho (com a perspectiva de quarenta mil empregos para mão de obra não-especializada), só evidencia um alto grau de improvisação, quer dizer, que, nem depois de duas semanas de governo, não se tinha sequer começado a pensar seriamente em medidas para enfrentar a situação!

Infelizmente, a primeira conclusão a tirar dessas manifestações, é a de que foram necessárias.

A “família” Montoro gozava o palácio... Mas não era só o executivo. Desde a vitória do PMDB em São Paulo, quase todo o partido — salvo raras exceções, se é que houve, não tenho notícia de nenhuma crítica interna — envolveu-se na disputa por secretarias e cargos, na medida em que as diferentes facções que o compunham, procuravam agora “ganhar espaço”, aumentar seu poder relativo na gestão do Estado (para a divisão do espólio, chegou-se a montar um escritório num edifício empresarial da zona sul da cidade, que funcionou durante três meses, da vitória à posse). A busca de afirmação do grupo Montoro dentro do partido-frente que o havia eleito (por mérito próprio, capacidade política, seria difícil) e entre as diversas facções, empanaram as vidas dos principais (de Montoro e do PMDB), tornando-os incapazes de verem que faziam a única coisa que lhes era interdita: sentar em cima da baioneta. Imaginavam que estavam em ci-

ma de uma tartaruga que os esperaria fazer a repartição, mas a realidade era outra...

Que realidade é essa? Em termos bastante simples: só na grande São Paulo, as estimativas dão quinhentos mil desempregados. Em boa parte concentrados na região mais industrializada da capital, Santo Amaro, Campo Limpo e arrabaldes (ver box), centro de origem dos acontecimentos dos dias 4, 5 e 6 de abril, que depois se estenderam para outros pontos da cidade. Entretanto, horizontal e verticalmente, a cidade tremeu: da Penha à Lapa, do funcionário de Pinheiros à madame do Morumbi, o susto foi um só.

Estar desempregado em São Paulo

Acontece que uma cifra como essa, quinhentos mil desempregados, já assusta, mas pode ser também uma máscara pálida do real, se não se tiver em conta o que é ser desempregado em São Paulo. Qual a diferença entre estar sem emprego na capital paulista ou numa cidade do interior, ou em outra capital do País? A monstruosidade da metrópole, ao mesmo tempo que concentra desempregados em guetos, como as favelas da periferia, marginalizando-os, isola, na medida em que dificulta a chegada até o desempregado de fundos assistenciais ou de apoio — ou simplesmente inviabiliza: dada a quantidade, torna qualquer auxílio insuficiente. Por outro lado, para um desempregado sair de casa logo de manhã à procura de emprego, tem que ter um mínimo de dinheiro para a condução (o ônibus a sessenta e cinco cruzeiros), devido às longas distâncias entre um lugar e outro, compra de jornal onde estão as ofertas de emprego, etc. Muitas vezes a opção que se coloca, é entre comer à noite e ir na manhã seguinte procurar emprego, de ônibus, se quiser evitar caminhadas de duas ou três horas entre o lugar em que mora e as fábricas, ou entre uma fábrica e outra. Uma colocação como esta pode parecer populista e demagógica, mas, observando-se os principais alvos das depreda-

ções e saques dos últimos acontecimentos, supermercados e ônibus, têm-se os dois lados da prensa que aperta a cabeça do desempregado. E que projetos de curto prazo tinha o governo Montoro para isso? Nenhum. Se ele se assustou, é porque política para ele era outra coisa.

Numa declaração no dia 6 de abril, depois de dois dias de quebra-quebra, com a direita e a esquerda se acusando mutuamente de responsáveis pelos acontecimentos, Luiz Inácio da Silva fez a seguinte observação: "Muitas pessoas acham que o povo é ingênuo, não sabe fazer as coisas".

Os fantasmas da direita e da esquerda

A direita foi unânime, do Ministro do Trabalho a Erasmo Dias, a acusação foi imediata: "um movimento desses não é espontâneo". E logo veio a ladainha: infiltração, manipulação e comunistas: PC do B, PT, Convergência Socialista, etc. De fato, tudo começou com uma manifestação convocada pelo Movimento Contra a Cares-tia e o Desemprego, tendo como principal articulador o deputado Aurelio Perez; segundo a imprensa, próximo ao PC do B, em oposição à atual administração regional de Santo Amaro, apoiada pelo PCB. Se alguém quis, em interesse próprio, usar o desempregado e a situação penosa daqueles que se concentraram no Largo 13 de Maio em busca da possibilidade de algum trabalho, brincou com fogo.

O resto malufista que sobrou do último incêndio eleitoral renasceu das cinzas e vai usar tudo para desgastar o governo de oposição em São Paulo. Saídos dos porões, encontram no pântano o melhor caldo de cultura onde crescer. Vários órgãos de imprensa reconheceram elementos da antiga administração estadual entre os depre-dadores, alguns, inclusive, que tinham participado das agressões às manifestações reivindicatórias na Freguesia do Ó.

Os jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde* pedem polícia e expurgo. Reconhecem a situação precária do Estado deixada pela "gang" Maluf e pela política econômica do governo central, mas exigem definição de Montoro, para eles, com as mãos

atadas pelos grupos de esquerda que compõem o PMDB: "os principais responsáveis por isso, foram, em primeiro lugar, o governador, que tinha obrigação de estar preparado para enfrentar as seqüelas da crise social e econômica e, principalmente, as divisões ideológicas e políticas dentro da sua própria área partidária, e os extremistas que estiveram inequivocamente, muitos deles bem instalados dentro do próprio PMDB. (...) Por que os desempregados não promoveram nenhuma explosão há trinta dias, quando ainda vigia o governo mais impopular da história de São Paulo, o do Malufismo? A razão é muito simples: os que estavam prontos para acender o estopim da agitação ainda não tinham recebido a senha oficial que legitimaria a sua guerra popular... porque seu objetivo é controlar o governo Montoro" (JT, editorial de 6 de abril). A dedução é uma só: o que imobilizou o governo no uso imediato do aparelho repressivo (polícia) foi a participação de membros de seu próprio partido no movimento, e a presença de populares. O que fazer? se a campanha eleitoral tinha usado o discurso de uma *democracia participativa*?

A esquerda que compõe o governo Montoro viu, tanto quanto a direita agora na oposição, o fantasma da conspiração. O raciocínio foi simples: como uma situação dessas só interessa à direita, portanto, provocadores ou pára-policiais são os responsáveis pela degeneração de uma manifestação que se pretendia ordeira e pacífica. "...entre os baderneiros, destacam-se uns, mais robustos e muito mais decididos, que se dedicam apenas a quebrar portas e vitrinas, munidos de barras de

ferro e desdenham o saque vulgar. É provável que contem com outra remuneração, mais segura e mais limpa" (Mauro Santayana, Folha de São Paulo de 7 de abril). Além da ação de provocadores, a responsabilidade pelos acontecimentos fica por conta da política econômica federal, concentradora e recessiva, geradora da situação de miserabilidade que reina no País. Com isso, preserva-se o governo Montoro a todo custo, o que passa a ser sinônimo de preservar a democracia, associações bastante praticadas entre os estrategistas das frentes eleitorais, e a crítica passa só a interessar à extrema direita, atuando para a desestabilização da abertura e da democracia.

Tanto para a direita quanto para a esquerda a culpa fica nas costas de fantasmas: PC do B ou provocadores. E para quem está mais interessado em resolver os problemas enfrentados pelo trabalhador, que em desestabilizar ou preservar uma situação político-partidária? Acreditamos que as soluções não são simples, nem basta apontar os culpados. Entretanto, o que nos parece claro é que, se um governo corrupto e impopular como o do Maluf continha a situação de desespero do desempregado através do uso sistemático e despidorado do aparato policial — o terror congelante —, Montoro procurou ter algum escrúpulo no seu uso e controlá-lo. Entretanto, não se preocupou — ou esperou que a realidade andasse no ritmo de suas boas intenções — em preencher o vazio, criando uma alternativa de atuação no real (nem polícia nem pão, deu no que deu), e acabou ficando para ele apenas o recuo: ocupar militarmente a cidade, reprimir, e antecipar a entrevisita com Figueiredo, desgastado e com

Desempregados e ainda ameaçados pela polícia



bem menos força. Se nem todos os setores pensam assim, alguns, ao contrário, acham que Montoro saiu fortalecido, pela precaução que teve no uso da repressão. O palácio do Planalto, com quem terá que negociar, considera que falará com um governador que não se afirmou nem demonstrou liderança sobre o Estado que o elegeu.

RETRATO DO BAIRRO ONDE TUDO ISSO COMEÇOU

É uma região habitada predominantemente por pessoas de baixa renda. Ali está o maior parque industrial da cidade, o que significa que o número de desempregados com a crise econômica é grande.

Muita gente ainda pensa que a zona Sul é a região mais privilegiada da cidade. Nada mais enganoso. A zona Sul não é só os Jardins ou o Morumbi. A verdadeira zona Sul tem uma realidade completamente diferente daqueles bairros de luxuosas mansões. Basta lembrar, por exemplo, que ali se situa o maior parque industrial da cidade. Ou ainda que essa é a região onde surgiram mais loteamentos clandestinos na última década.

Para a Prefeitura, a zona Sul divide-se em duas administrações regionais: Santo Amaro e Campo Limpo. Em termos territoriais, isso representa cerca de metade do município. Em termos populacionais, elas somam hoje cerca de um milhão e meio de pessoas. De acordo com projeções da Secretaria Municipal de Planejamento, serão dois milhões e 300 mil pessoas em 1990. Só a zona Leste deverá ter um incremento populacional nessa mesma proporção. A Administração Regional de Santo Amaro tem, hoje, cerca de um milhão e 100 mil habitantes — é a única AR que ultrapassa a casa de um milhão de pessoas. Em relação a 1980, ela teve um crescimento de 12,3 por cento até agora. Um índice espantoso, segundo os técnicos da SEMPLA, pois está bem acima da média das demais ARs. Campo Limpo, atualmente com quatrocentos e vinte mil habitantes, cresceu 4,6 por cento em relação a 1980.

Outro dado que impressiona é o curto espaço de tempo em que se deu o vertiginoso crescimento da área. Praticamente, apenas uma década, uma vez que antes dos anos 70 eram bem menores os índices demográficos da região.

Como explicar essa mudança? Uma das razões está, certamente, na grande expansão industrial verificada na região, na última década. Santo Amaro, é certo, já possuía um parque industrial significativo antes disso. Mas é certo também que foi sobretudo nos anos 70 que esse parque cresceu.

O socorro da sociedade

Alguma solução mais efetiva só começou a delinear-se quando a sociedade (OAB, sindicalistas, Cúria, CEBs e outras entidades civis) saiu em socorro e propôs, apoiando um governo que parecia mais ocupado em distribuir secretarias e cargos. Se a lição serviu,

Aliás, foi a região em que mais se construíram — ou se expandiram — indústrias nesse período. E, consequentemente, foi a região em que mais se criaram novos empregos.

Diferentemente da zona Leste, onde as indústrias são em sua maioria pequenas e médias, além de estarem dispersas, na zona Sul estão sediadas as maiores indústrias da cidade e de maneira mais concentrada. Enquanto na zona Leste há principalmente fábricas de bens de consumo (como calçados, roupas, etc.), na zona Sul a predominância é de indústrias de bens de capital (químicas, manufaturárias, metalúrgicas, etc.). Muitas delas, multinacionais, ao contrário da zona Leste, caracterizada mais por indústrias unifamiliares.

Dados de 1979 — os mais recentes à disposição — conferem à zona Sul o segundo lugar entre os parques industriais da Grande São Paulo. Só perde para o ABC. De um total de um milhão, trezentos e cinqüenta mil empregos industriais existentes, na época, na região metropolitana, a zona Sul detinha duzentos mil, ou 15 por cento. No ABC estavam trezentos e sessenta e oito mil. O terceiro lugar ficava com a zona Oeste (incluindo Osasco), com cento e dezesseis mil empregos.

Com tanta oferta de emprego, nada mais natural que a região tivesse também uma demanda habitacional enorme na última década. E, de fato, a AR de Santo Amaro detém o triste recorde de ser a região em que mais foram feitos loteamentos e arruamentos clandestinos na cidade, nos anos 70: quinhentos e três no total. Em segundo lugar, bem abaixo, vem a AR da Penha, trezentos e oitenta e oito. Em Campo Limpo, por sua vez, foram cadastrados duzentos e trinta e três.

Ou seja: a maior demanda foi de população de baixa renda, a clientela típica dos loteamentos clandestinos. Dados de 1982 mostram que 72,65 por cento dos moradores da AR de Campo Limpo situavam-se na faixa de renda de um a cinco salários-mínimos. Também essa é a faixa de renda predominante na AR de Santo Amaro, pois nela estão 46,72 por cento de seus moradores.

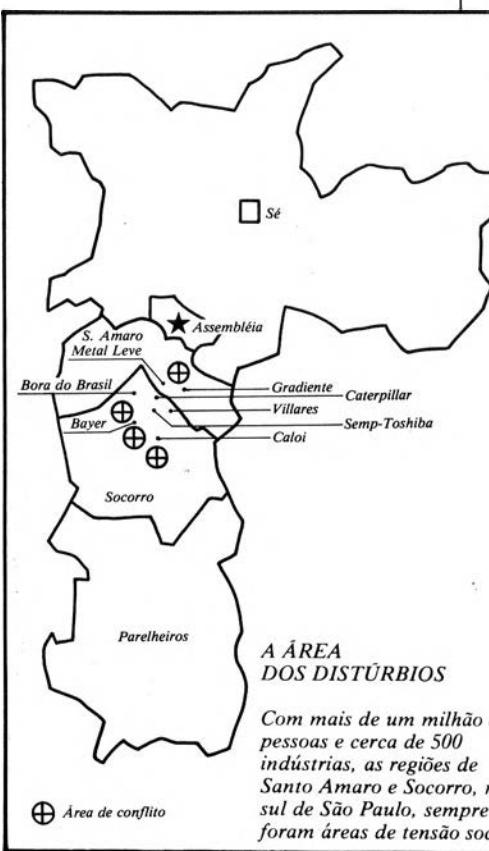
Não se pode esquecer, contudo, que é também na zona Sul que está ocorrendo hoje uma boa parte dos novos lançamentos imobiliários da cidade. A verticalização da re-

ótimo, mas se a preocupação de Montoro e dos grupos que compõem o PMDB é a de ver com quem ficará a prefeitura da capital, as invasões de terras estão aí, prometendo mais...

Luiz Roncari é membro do Conselho Editorial do CEDI e professor da PUC-SP.

gião de Interlagos, por exemplo, está levando a classe média para essa região também, o que só aumenta os seus contrastes. Curioso, para não dizer preocupante, é que todo esse crescimento — tanto industrial como populacional — está contra as diretrizes do planejamento da Cidade, por se tratar da região onde estão os grandes mananciais de água da Capital, a zona Sul deveria ter o seu crescimento restringido, segundo todos os planos que têm sido feitos desde o final da década de 60 — o que é reafirmado também no recém-concluído Plano Diretor da Cidade.

Mais curioso — e preocupante — ainda é o fato de o próprio poder público colaborar para acentuar esta disparidade. A Prefeitura por exemplo, está executando desde a administração passada o alargamento da estrada de Parelheiros, dando-lhe inclusive um novo traçado em alguns trechos. Consequentemente, está criando um novo vetor de crescimento na zona Sul. (JT — 6 de abril)



curtas curtas curtas curtas curtas curtas

ASSEMBLÉIA DE VANCOUVER
Delegados latino-americanos à Assembléia de Vancouver reunem-se no Panamá de 12 a 16 de abril para preparar a contribuição latino-americana à temática da Assembléia. Do Brasil deverão estar presentes cerca de vinte delegados das Igrejas: Luterana, Episcopal, Metodista, e "O Brasil para Cristo". Do CEDI irá Jether Ramalho.

CMI PROTESTA

O Conselho Mundial de Igrejas lançou protesto oficial ao governo de El Salvador sobre o assassinato da senhora Urdianel García-Villa, presidente da Comissão de Direitos Humanos daquele país. As Igrejas evangélicas tomam mais uma vez pública posição diante deste flagrante desrespeito aos direitos humanos naquele país.

CLACER REÚNE-SE

Reuniu-se em Salvador, BA, de 20 a 27 de março p.p. o CLACER (Comitê Latino-Americano do Compartilhar Ecumênico de Recursos). Tratava-se da reunião anual daquela entidade que é um Comitê Assessor do Conselho Mundial de Igrejas para assuntos latino-americanos. A reunião tratou de assuntos ligados ao movimento ecumônico continental como evangelização, direitos humanos e projetos de desenvolvimento executados por Igrejas e entidades ecumênicas de serviço. Debateu-se a questão da reestruturação do CMI que será proposta na Assembléia de Vancouver, e foram analisados 54 projetos a nível continental, tendo sido aprovados 35. Zwinglio Dias, secretário geral do CEDI, faz parte da mesa diretora.

CEBI DE MUDANÇA

O CEBI (Centro de Estudos Bíblicos), segundo decisão das últimas assembléias gerais, ordinária e extraordinária, mudará sua sede para Belo Horizonte, visando ter maior facilidade de comunicação e ampliação dos seus trabalhos. Felicidades aos companheiros!

BISPOS NORTE-AMERICANOS SE POSICIONAM

Está sendo aguardado com grande expectativa um documento do episcopado norte-americano que trata da questão do armamento nuclear. O texto definitivo, com 110 páginas, será intitulado: "O desafio da paz: a promessa de Deus e nossa resposta". Os bispos destacam sua condição de cidadãos do primeiro país a utilizar um artefato nuclear e capaz de acionar um processo de destruição planetária, cujas vítimas, em sua maioria, seriam civis. A ênfase do documento é sobre o aspecto moral da produção e uso de armas nucleares e conta com o apoio de cento e noventa e cinco (dos 278 bispos dos EUA) que se manifestaram favoráveis ao documento, e apenas doze em desacordo quanto ao essencial. O que chamou atenção da opinião pública para esse documento foi não só a solidariedade dos bispos numa questão que envolve a política de defesa do governo, como o processo democrático das decisões em torno da elaboração e divulgação do documento, o que aponta sinais de renovação do episcopado norte-americano. Tradicionalmente os prelados foram bastante reticentes quanto a questões de política externa do governo e alguns até apoiam abertamente a "guerra fria" na época de sua maior efervescência.

MOVIMENTO DOS PADRES CASADOS

Em Fortaleza, noventa e quatro padres casados reuniram-se, na maioria acompanhados de suas famílias. Os objetivos do movimento são: "Acolhimento e apoio mútuo entre os colegas; Diálogo com a Hierarquia da Igreja; e Serviço às comunidades cristãs" e o encontro pretende compartilhar a situação em que vivem os componentes do movimento, suas experiências e como têm dado testemunho de sua Fé. O movimento espessa a opção da Igreja na América Latina pelos pobres e pelas CEB's a caminho de uma renovação, que implicaria em novas formas de ministério cristão capazes inclusive de absorver a contribuição dos casados e suas esposas. Um dado importante foi a presença fraternal de D. Aloísio Lorscheider. O próximo encontro do MPC acontecerá em Volta Redonda (RJ) em julho de 84.

CCPD E AMÉRICA LATINA

A rede latino-americana de CCPD (Comissão das Igrejas para o Desenvolvimento, do CMI), terá um importante encontro no Panamá para discutir, avaliar e planejar a continuidade dos seus trabalhos nos próximos anos. Fazem parte dessa rede, onze grupos nacionais organicamente envolvidos com a Pastoral Popular. O tema geral de aprofundamento para todos os grupos será: "Fé Cristã e Movimentos Populares", desdobrado em três subitens: "A Bíblia e as lutas populares"; "O novo sentido da espiritualidade", e "Uma nova ênfase para o ecumenismo". A reunião realizar-se-á de 04 a 09 de abril do corrente.

CESEP OFERECE

O CESEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular) está oferecendo para o segundo semestre de 1983, um curso para agentes cristãos nos meios populares. Os objetivos serão: possibilitar uma reflexão mais sistemática sobre a prática desenvolvida pelos participantes nos movimentos populares, nas CEB's, e Igrejas evangélicas. Os interessados deverão dirigir-se à rua Martiniano de Carvalho, 114, Bela Vista, CEP 01321 — São Paulo — SP — Telefone: (011) 289.6660.

ENCONTRO DAS CEB's

Em Canindé (CE) de 4 a 8 de julho próximo, representantes das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) estarão realizando o II Encontro Intereclesiástico. Cada regional terá vinte delegados, sendo dezenove de base e três agentes. Vários encontros preparatórios já foram organizados, principalmente em São Paulo e Mato Grosso do Sul. O tema será: "CEB's: Povo Unido, Semente de Uma Nova Sociedade". O encontro contará com a assessoria dos companheiros do CEDI — Henrique (SP) e Jether (RJ) com experiência de vários anos na assessoria de trabalhos das CEB's.

ASSESSORIA REUNIDA

Realizou-se nos dias 25 a 26 de março p.p. no escritório do CEDI, em São Paulo, a reunião geral do seu Setor de Assessoria. Debateram-se, entre outros temas, questões relevantes da prática de Assessoria na presente conjuntura nacional e eclesiástica e elaborou-se o planejamento dos programas para 1983.

SOBRE MÁGICOS

A partir deste número, Rubem Alves terá uma página na nossa revista para fazer o que quiser: rabiscar, brincar ou fazer reflexões preciosas como esta, pensada enquanto preparava uma bacalhoadada. Nossa única preocupação é que comece a pensar em lugares mais reservados, como Lutero, e daí passe a ter revelações, teses... É o risco que corremos.

Fiz uma bacalhoadada na sexta-feira da paixão. Acho que todo mundo que pode pagar o preço do peixe faz. Se não faz, pelo menos tem saudades... Foi ocasião para meditação, na cozinha, em meio às batatas, cebolas, tomates, pimentões, folhas de couve e o peixe com o seu cheiro, que enchia tudo. Os pensamentos que surgem na cozinha são diferentes dos pensamentos que moram no escritório. Me perguntei das razões porque a tradição cristã é a de que se coma peixe, e não carne. Descobri-me meio envergonhado. Um teólogo da minha idade deveria ter estudado melhor suas lições. Mas logo encontrei uma desculpa. Cresci protestante, e os protestantes nunca fizeram separação entre peixes e bifes. Isto sempre foi coisa de católicos, supersticiosos, que temem que estas coisas façam mal. Estamos acima disto. A nossa é uma religião de cabeça e não de estômago. E na cabeça, onde mora a religião, não entram nem peixes nem bifes, mas apenas idéias. Fazer da religião coisa de bifes e peixes é o mesmo que dizer que a fé depende de uma boa digestão. Foi em meio a estas divagações que me lembrei de um protestante, herege. E ele me repetiu coisa que eu já havia lido: “o homem é aquilo que ele come”. É claro que ele não era idiota ao ponto de pensar que nos tornamos repolhos e nabos, por nos valermos de tais legumes. Isto era uma piada que ele fazia contra seus colegas, professores e teólogos, que afirmavam o contrário, que o homem é aquilo que ele pensa. “Mas é justamente isto que não faz diferença”, dizia o tal homem, que se chamava Feuerbach (para os mais íntimos, Luís...). Só fazem diferença as coisas que são comidas.

Enxuguei as lágrimas, não de comoção pelos meus pensamentos culinário-teológicos, mas por causa do sumo de cebola. Este gesto me reconduziu ao início: o bacalhau, comido na sexta-feira. Mas claro, claro, como é que eu não havia pensado nisto antes? O que está em jogo não é o peixe, mas as confissões de amor e de saudade que ele contém. Imagino o seu espanto ante afirmação tão absurda. Como é que coisa de cheiro tão mal-falado pode conter sentimentos ternos? E eu me apresso a me corrigir. Não é nada que tenha a ver com o cheiro, nada que tenha

a ver com o gesto. São as letras que importam. Quem come bacalhau na semana santa está comendo uma série de letras. Para ser preciso: cinco letras. Não é o peixe que está em jogo mas as letras que ele carrega. É que a palavra peixe, no grego, língua que todo mundo falava, põe, uma atrás da outra, as letras iniciais de uma afirmação secreta proibida: Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador. Refeição de palavras, símbolos bons para comer. Feuerbach estava certo: o homem é aquilo que come. E a bacalhoadada de repente virou ato litúrgico, sacramento.

Isto parece coisa misteriosa, quem sabe mágica, que as palavras virem comida e a comida vire palavras... E é verdade. Magia tem a ver com este mistério: de que haja palavras que morem no corpo, e não na cabeça. Sei que é difícil entender esta coisa, porque desde há muitos séculos atrás arranjamos as nossas casas, pusemos os mágicos para correr, transferimos as palavras das prateleiras que compartilhavam com comidas e bebidas, nas despensas, e as transferimos para a solidão dos escritórios e para os exercícios das salas de aula. Todo mundo sabe disto: símbolos não são para ser comida. Símbolos são para ser pensados. E é assim que, ao receber um símbolo de presente, nós o desembrulhamos como quem desembrulha um novelo de linha, e nos pomos a crochetar longas toalhas verbais, que recebem nomes diversos. Não é por acaso que os fiéis, ao tomar os sacramentos, imobilizam os seus corpos e fecham os olhos. Se perguntamos, nenhum diz que é para sentir melhor o gosto do pão e do vinho. Não é o corpo, são os cérebros que estão funcionando. Dizem que estão meditando. É que acreditamos que Deus mora no lugar das idéias que é o cérebro, e não no lugar da vida que é o corpo. Mas não pensem que isto é coisa só de protestantes. Os católicos também aprenderam as lições sobre a necessidade das idéias claras e distintas, e agora cuidam que nenhum ato sacramental se celebre sem que seja precedido pelos adequados crochês cerebrais. Vão-se os símbolos que são bons para o corpo, palavras que devem ser comidas... E as bacalhoadas perdem o seu mistério, e voltam a ser simples bacalhoadas.

É, andamos muito longe do mundo em que as palavras eram oferecidas para serem comidas. Deixamos o mundo dos mágicos, em que as palavras eram taças de poder, e ingressamos no mundo das palavras murchas e fracas. Tão fracas que Goethe achou de alterar o primeiro versículo do capítulo primeiro do evangelho de João. Ali, onde está dito “No princípio era a Palavra”, ele achou melhor colocar “No princípio era o Ato”. Afinal de contas, quem é que acredita que a Palavra tenha poder para começar qualquer coisa? As coisas se iniciam quando o braço se põe

E COZINHEIROS



Apocalipse 10:9

“Assim eu me dirigi ao anjo e lhe pedi que me desse o pequeno livro; e ele me disse, “Toma-o e come-o; ele será amargo no teu estômago mas doce como o mel na tua boca.”

em movimento. É assim que as árvores são plantadas, as casas são construídas, as batalhas são travadas e as revoluções são realizadas. O descrédito da palavra chegou a um ponto que este parece ser o credo comum de fundamentalistas e liberais, conservadores e progressistas, gente de direita e gente de esquerda. E chegamos mesmo ao ponto de reduzir as palavras à condição de entes fantasmagóricos, cruzamento de sombras com reflexos, párias habitantes de um sótão superestrutural, juntamente com todas as outras coisas espirituais e vazias que das coisas se desprendem. É ali que se encontram todos os odores daqui de baixo, desde ventilações intestinais mal-cheirosas até os delicados perfumes que só os especialistas podem inventar. Como odores, podem ser sentidos. Mas, como todos os odores, só possuem um efeito moral, que é prontamente liquidado quando os analistas entram em campo, com suas máscaras e suas palavras inodoras.

Na tradição dos mágicos, parece, só sobraram os poetas, que teimosamente continuam a escrever palavras que são boas para comer. Claro, porque um poema não é algo que possa ser entendido com a cabeça. É antes algo para ser recolhido com o corpo. Palavra-coisa, que não pode ser entendida... Entender um poema: que absurdo é este? Poemas não são para ser entendidos mas para ser repetidos, como canções que se cantam, caquis que se comem, carinhos que se trocam. Uma palavra entendida se esgota, para sempre, no ato de sua própria compreensão. Mas um poema é para ser repetido, para sempre... E o corpo responde, com o prazer, o arrepi, as lágrimas. Junto aos poetas, um visionário como Gandhi, que cria no poder mágico dos gestos. Não foi isto que ele fez, a política dos gestos? Ele sabia que os gestos eram palavras mágicas capazes de fazer reviver os mortos... Talvez mais próximo do mundo dos mágicos que nós, ele compreendeu que, se é verdade que no princípio está o ato, é mais verdade ainda que no princípio do ato está a magia da palavra.

Me ofereceram esta sessão e me pediram que, num primeiro artigo, eu dissesse o que pretendo fazer. Está dito. Muitas bacalhoadas de sexta-feria. Explorações no mundo mágico da palavra. Afinal de contas, acho que todos nós somos frustrados profissionais da palavra e, lá no fundo, alimentamos a esperança de reencontrar o segredo da palavra que, uma vez pronunciada, tem o poder para criar mundos, engravidar as virgens e ressuscitar os mortos. Nos nossos sonhos bem que gostaríamos de ser mágicos...



O PAPA NA NICARÁGUA E AS ESPERANÇAS FRUSTRADAS

O Papa João Paulo II deixou a América Central, depois de uma peregrinação por sete países, que durou oito dias. Agora, surgem as indagações naturais: quais são as repercussões dessa visita?

Uma região marcada pela miséria, a injustiça social e, consequentemente, pela violência, mas que possui também muita esperança, foi visitada pelo chefe supremo da Igreja Católica. Por isso, era perfeitamente compreensível que a população centro-americana esperasse dele uma posição mais clara sobre a difícil situação. Assim, poderíamos entender corretamente aquilo que aconteceu na Nicarágua, onde seiscentas mil pessoas, reunidas na praça 19 de Julho, pediram insistente ao Papa uma palavra de apoio à causa da paz.

O que pareceu uma “confrontação” direta entre o povo ali congregado e o Sumo Pontífice nas apreciações precipitadas das agências de notícia e da própria Rádio do Vaticano, não passou de uma reivindicação natural de uma nação que se sente assediada constantemente pelo governo dos Estados Unidos, o qual apóia planos de desestabilização contra o regime sandinista. Um dia antes da chegada do Papa, dezesseis jovens haviam sido mortos pelas bandas de ex-guardas somozistas que invadem o território nicaraguense desde Honduras, com o pleno consentimento do exército desse país.

Outro fator a considerar é a clara divisão que existe no seio da Igreja, que abriga, de um lado, uma corrente contrária ao processo revolucionário liderada por alguns bispos mais tradicionais, e outra que não vê incompatibilidade entre a fé e o compromisso social. As duas visões foram à prática para manifestar-se e, aí sim, ficou exposto o confronto; mas, não um choque contra o Papa e os bispos, aos quais ambas as tendências mantêm sua fidelidade e obediência. Nessa disputa (e quem estava presente pode comprovar isso), ficou patente o predomínio daquelas que reivindicavam do Papa um estímulo à luta pela paz, se é que é justo levarmos o assunto para o campo da supremacia de um modelo como o outro. O mais importante foi que o Papa percebeu, o que não deixou de lhe causar certa surpresa, o clamor que emanava daquele povo de Deus, que não cessava de gritar “Queremos a Paz”. (...)

SÓ UMA VEZ A PALAVRA PAZ

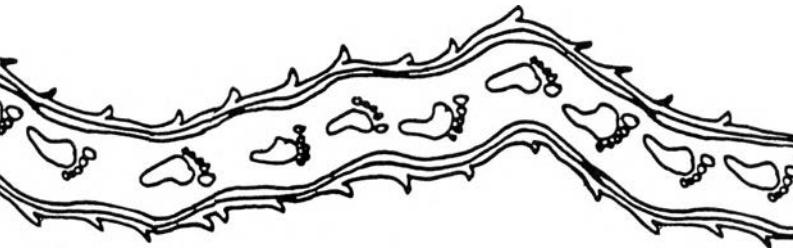
Ficou patente que o discurso, preparado em conjunto com a Conferência Episcopal nicaraguense, buscou atingir os cristãos que apóiam o processo revolucionário e os padres que ocupam cargos de ministros no governo. Na opinião de algumas pessoas, foi lamentável que o Papa orasse pelos presos, em sua maioria ex-guardas

somozistas, e não pedisse pela alma daqueles que morreram vítimas das agressões que sofre a Nicarágua. A frustração das mães de heróis e mártires sandinistas, ao final da missa, era impressionante. “O fato do Papa não ter orado a Deus pelos nossos filhos foi um duro golpe para mim”, exclamou dona Socorre Cortés, progenitora do jovem José Omar Cortés, assassinado pelo exército somozista em 15 de julho de 1979. Para dona Martha Hernandez de Cano “nossa povo teve uma esperança quando chegou o Papa mas depois que esteve com monsenhor Miguel Obano y Bravo, tudo mudou... a sua homilia falou de unidade da Igreja, mas só conseguiu nos dividir ainda mais”.

Então, aquilo que estava programado para ser um monólogo, e na idéia de certos setores eclesiásticos “uma ordem inquestionável”, transformou-se num diálogo com o povo interpelando o Papa para que se pronunciasse pela paz. Num dado momento, quando os gritos de “queremos a paz” soaram uníssonos por toda a praça, o Papa sentenciou-se energicamente: “A Igreja é a primeira que quer a paz”. Foi a única vez que João Paulo II pronunciou a palavra “paz” em sua homilia e ainda assim para calar a multidão. Por outro lado, disse dezesseis vezes a palavra “bispo(s)”. (...)

Marcos Piva foi pela Comissão da Arquidiocese de São Paulo trabalhar com a juventude da Igreja na Nicarágua desde 81, escreveu um extenso artigo sobre as repercussões da visita do Papa na região. Reproduzimos aqui alguns trechos. É a visão de dentro, de alguém afinado com a situação política presente no país e de alguém que esteve no local, e que, ao mesmo

tempo, procura transmitir outras opiniões, de pessoas e entidades, que sentiram de modos diferentes os efeitos dessa visita. Como continuidade aos artigos que publicamos no número anterior, pretendemos enriquecer o debate que se abriu em torno dela: a afirmação da autoridade papal e dos bispos, para uns; a frustração das esperanças, para outros.



O QUE ACHARAM OS EVANGÉLICOS

Alegria ou desilusões à parte, as análises, opiniões e reflexões sobre a visita começaram a surgir rapidamente, obedecendo, logicamente, aos frutos ou não que cada um pode ver nos discursos do Papa. “O Santo Padre nos trouxe a luz que necessitávamos para enfrentar aqueles que pretendem destruir a fé do nosso povo”, afirmou uma religiosa de idade avançada que passou a missa de pé e gritando “viva o Papa”. O padre Corrales, da paróquia de Santa Madalena, no bairro indígena de Monimbó, desabafou entusiasmo: “A Igreja e os nossos bispos saíram fortalecidos com as palavras do Papa”. Para uma senhora bem vestida, de óculos escuros, que não quis dar seu nome “temendo represálias”, “foi um desrespeito à figura do sucessor de Pedro e enviado de Cristo a gritaria que os sandinistas ateus provocaram”.

No dia seguinte à visita, um grupo de intelectuais cristãos emitiu um comunicado que dizia, entre outras coisas, que “o povo pode se expressar livremente e de muitas maneiras para comunicar-se com o Papa, e gritou com força suas angústias e esperanças. É possível, segue a declaração, que algumas pessoas não acostumadas a este tipo de manifestação do nosso povo, tenham estranhado ou se tenham sentido incomodadas... Nos pareceu ne-

gativa a linguagem e o tom dos discursos do Papa. Sem conexão com o povo a quem se dirigia. Na sua apariência religiosa, essa linguagem não deixa de ser política... Pensamos também que, infelizmente, foram ignorados no discurso do Papa os valores da Revolução Sandinista como a opção histórica pelos pobres, o espírito de solidariedade, os esforços para desenvolver um novo modelo econômico mais justo e o seu desejo inquestionável de conquistar a paz. Estas omissões não deixaram de causar irritação e decepção em muitos nicaraguenses”.

Os evangélicos também se pronunciaram num comunicado assinado pelo Eixo Ecumênico da Nicarágua. “Os profetas e os pregadores do Evangelho não deveriam nunca amarrar-se aos discursos pré-fabricados, com sabor de papel e a doutrinas excessivamente teológicas que perdem o sal da Palavra por falta de definição”, salienta o pronunciamento. Referindo-se à citação do Papa sobre o ecumenismo “que pode levar a uniões falsificadas e a causar novas divisões”, os evangélicos afirmam que “acreditamos na meta de um só Pastor, de um só Deus e de um só Pai, mas que não é necessariamente o Papa... Reconhecemos que somos pecadores e chamados a pregar sua Palavra, não a nós mesmos; somos chamados também a desfazer todas as idolatrias, inclusive as religiosas, que, às vezes, são construídas pela força das superstições e na ignorância do povo”. (...)

A ALEGRIA DE UNS, O DESCONSOLO DE OUTROS

Ao final da visita do Papa João Paulo II à Nicarágua, era este o panorama que se observava. Uma espécie de desconforto reinava entre os cristãos que apoiaram o processo de transformação social, e uma jubilosa alegria entre os bispos e os seus auxiliares mais diretos, que acreditam que “as nossas súplicas foram atendidas pelo Santo Padre”. (...)

Não se trata de lamentar que o Papa não tenha falado aquilo que gostaríamos de escutar. Porém, essa difícil conjuntura representa a realidade da América Central, e desconhecê-la é negar os anseios de paz e justiça das populações locais. Também não se esperava do Papa a solução dos problemas... Poucos foram os que se decepcionaram por isso. Todavia, bem que João Paulo II, o “companheiro” dos operários de São Paulo, poderia ter anunciado, mesmo em sua condição de chefe de Estado, uma atitude mais objetiva sobre o conflito centro-americano, o que teria propiciado, seguramente, um clima de maior confiança para as iniciativas de paz.

Agora, só resta repetir o velho ditado “fica pr’uma outra...”, isto é, se houver tempo para outra!

Manágua, 10 de março de 1983

RESPOSTA AO ARTIGO DO READER'S DIGEST

“Você sabe para onde vão as oferendas de sua Igreja?”

Esta resposta, escrita no dia 17 de dezembro de 1982, foi elaborada quando o Conselho Nacional de Igrejas de Cristo (CNI) recebeu uma cópia do artigo da seção do CNI da Costa Oeste. Embora assinantes da Costa Oeste tivessem recebido cópias já em 15 de dezembro, a revista recusou-se a fornecer uma cópia antecipada ao CNI até 21 de dezembro. Assim, muitos membros de Igrejas ligadas ao CNI receberam o artigo antes que os dirigentes e funcionários da entidade tivessem podido lê-lo.



“Você sabe para onde vão as oferendas de sua Igreja?” Esta é a pergunta formulada por Rael Jean Isaac num artigo sobre o Conselho Nacional de Igrejas de Cristo publicado na edição de janeiro de 1983 do *Reader's Digest*. Sua tese é que uma Igreja cada vez mais politizada está subvencionando causas inadequadas. Essa tese distorce o trabalho do CNI ao ignorar a esmagadora maioria de seus programas e planos de ação.

Para corrigir um mal-entendido, o Conselho Nacional de Igrejas (CNI) é, segundo seu próprio estatuto, “uma comunidade de Igrejas cristãs”. Ao longo de toda a história da Igreja muitos cristãos não encontraram melhor orientação para seu ministério que as palavras de Jesus Cristo quando anuncioi os propósitos de seu próprio ministério, em Nazaré:

O espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrhou pela unção. Ele me enviou para levar a boa nova aos pobres, anunciar a libertação aos cativos, e aos cegos o retorno à vista, dar a liberdade aos oprimidos, proclamar um ano de graça do Senhor. (Lucas 4.18-19)

Esta e outras injunções bíblicas, como a ordem de Cristo, em Mateus 25, para alimentar os famintos, acolher o forasteiro, vestir o que está nu e visitar os doentes e os presos, definem um programa ambicioso, especialmente no complexo mundo de hoje. Em nossos dias, embora algumas pessoas pareçam ver quase todo gesto de comiseração como uma afirmação política, o CNI atua a partir de uma motivação não política, mas solidamente bíblica. Pelo uso fora de contexto de exemplos não só pouco representativos mas altamente seletivos do trabalho do CNI, o *Reader's Digest* interpretou como políticas ações que derivam de uma genuína convicção cristã.

Um tema que atravessa todo o artigo é de que o CNI “custeia movimentos marxistas leninistas” (p. 121). *O CNI não financia ou fornece qualquer apoio a governos ou movimentos comunistas em qualquer parte do mundo.* Em vez disso, o CNI trabalha através de Igrejas situadas em mais de noventa países, submetidos a muitas formas de governo, para ir ao encontro da necessidade humana, fortalecer a comunidade da fé e buscar alterações nas causas subjacentes à penúria e à injustiça.

O artigo faz acusações específicas contra a atividade do CNI em dois países em particular:

VIETNÃ: A autora critica o embarque de trigo para o Vietnã em 1978; a ajuda humanitária às populações das novas zonas econômicas do Vietnã; a defesa, em Washington, da normalização das relações diplomáticas entre os EUA e o Vietnã; o que ela chama de uma visão romântica da sociedade vietnamita; e o silêncio acerca dos direitos humanos dos vietnamitas refugiados.

Embarque de trigo para o Vietnã: no cumprimento da ordem de Cristo de alimentar os famintos, o Church World Service (CWS) nunca discriminou populações à base de raça, credo, religião ou de sistema político sob o qual vivem: *procura simplesmente alimentar os que têm fome*. O trigo enviado ao Vietnã foi comprado ou doado por cristãos em todos os EUA. Uma delegação do CWS esteve no Vietnã para assistir a sua distribuição. (O CWS sempre controla cuidadosamente o uso de sua ajuda material tanto em outros continentes quanto nos EUA.) Viram o trigo ser moído, processado, e o macarrão e o pão resultantes sendo usados em orfanatos e hospitais da área de Saigon. O autor alega que, no Vietnã, o alimento foi utilizado como um instrumento político para “forçar a complacência de seu regime opressorivo” (p. 120). O CNI é consistentemente contrário ao uso de alimento como arma política, sustentando que o atendimento das necessidades de pessoas com fome deve ser sempre a primeira prioridade. No caso em questão, o governo norte-americano recusou-se a fornecer o alimento necessário e não cooperou com os esforços de organizações internacionais como a Cruz Vermelha e as Nações Unidas, que difundiram o apelo por ajuda. Não foram, portanto, nem as Igrejas nem o CNI que politizaram uma ajuda humanitária.

Novas Zonas Econômicas: A autora declara: “Quase meio milhão de dólares (foram dados) para as ‘Novas Zonas Econômicas’”, que ela compara a “campos de concentração” (pp. 123 e 124). De fato, o Church World Service (CWS), através de um consórcio de Igrejas de âmbito mundial, doou quase meio milhão de dólares para ajudar populações alocadas nas novas zonas ou estabelecimentos agrícolas, criados com a finalidade de aumentar a produção de alimentos e reduzir a superpopulação nas cidades. O CWS atuou no sentido de reduzir a extrema miséria que acompanhou a mudança política no Vietnã e auxiliar os que eram vítimas de forças sociais radicais sobre as quais não possuíam nenhum controle.

O consórcio com que o CWS trabalha inclui cristãos da Europa, dos Estados Unidos da América, da Ásia, e também a pequena e lutadora Igreja protestante do Vietnã. Esse consórcio apoiou a doação e associou-se aos projetos. Os relatórios mostram que os fundos do CWS foram utilizados na compra de equipamento agrícola, material de construção e suprimentos médicos. Os fundos para o programa são administrados pela Conferência Cristã da Ásia. Somente ajuda material foi fornecida através de uma agência vietnamita; não foram feitos pagamentos em dinheiro ao governo vietnamita. Inspeções nos locais, por membros do consórcio, foram realizadas com regularidade, a última tendo ocorrido em setembro de 1982.

Esse tipo de empreendimento cooperativo põe em destaque o papel de aproximadamente quatro milhões de cristãos, sobretudo católicos, no Vietnã, e reduz o isolamento da Igreja face a outros cristãos. A participação do CWS nesse

programa de auxílio de emergência é aprovado, numa reavaliação anual, pelos representantes das Igrejas dos EUA que integram o comitê do CWS.

Embora a autora compare as novas zonas econômicas a campos de concentração, a equipe do CWS supõe que ela confunde as novas zonas econômicas com os campos de reeducação para onde foram enviados oficiais militares e funcionários governamentais do antigo regime. Dirigentes do CNI dizem que as condições nesses campos são duras e podem ter provocado uma comparação com campos de concentração, mas enfatizam que nenhuma ajuda do CWS foi enviada a esses campos e tampouco o CWS os apoiou.

Defesa da normalização das relações: Em novembro de 1979 o Conselho Diretor do CNI apelou, de fato, pela normalização das relações entre os EUA e o Vietnã. Não o fez para “favorecer objetivos estratégicos” do governo vietnamita (p. 123), mas acreditando que a normalização das relações ajudará a cicatrização das profundas feridas geradas pela guerra e a intensificação do fluxo de bens lenitivos para populações que ainda sofrem no Vietnã.

A autora sugere também (p. 124), que o *escritório do CWS em Washington, D.C.*, foi montado para exercer influência junto a organismos oficiais em prol da normalização das relações com o Vietnã. Ao contrário, o escritório trabalha com uma série de questões humanitárias, entre as quais a do pessoal norte-americano desaparecido quando em ação na Indochina (MIAs), o melhor atendimento aos órfãos no Vietnã, os esforços em prol das crianças americanos-asiáticas e propostas de projetos para ajudar cegos e surdos no Vietnã. O escritório condenou possíveis usos de agentes químicos nas campanhas realizadas na região, dirigindo-se diretamente às legações da União Soviética, do Laos e do Vietnã em Washington. O escritório obtém ainda licenças de exportação e efetua outras tarefas burocráticas exigidas pelas restrições impostas pelo governo dos EUA ao trato com o Vietnã. Em suma, o adequado incentivo à normalização das relações com o Vietnã, que facilitaria esses cuidados humanitários, é apenas um item no trabalho cotidiano do escritório.

Visão da sociedade vietnamita: Longe de ser ingênua e romântica quanto ao Vietnã, a equipe do CWS teve anos de experiência na Indochina. (O trabalho do CWS no Vietnã começou em 1954.) O reconhecimento, por dirigentes eclesiásicos, de “moderação” da parte do governo vietnamita foi feito contra o pano de fundo de temores generalizados de que a retirada dos Estados Unidos da América do Vietnã seria seguida por um banho de sangue. Quando, em vez disso, o governo passou a empreender paulatinamente seu plano de reunificação, dirigentes eclesiásticos e outros reconheceram a moderação do novo governo. Isto não significa que os dirigentes eclesiásticos fechassem os olhos aos

excessos que de fato ocorreram. Em outra acusação, a autora cita um folheto do CWS que faz uma descrição positiva do Vietnã. Lendo-se todo o parágrafo, fica claro que é o povo, não o governo do Vietnã que está sendo descrito.

Refugiados vietnamitas: a autora acusa o CNI de silenciar sobre os direitos humanos dos refugiados vietnamitas. Ações falam mais alto que palavras: a contar de 1975 o CWS promoveu o estabelecimento de 69 mil, 150 refugiados indochineses, mais da metade dos quais saídos do Vietnã. Além disto, por ter defendido a normalização das relações entre os Estados Unidos da América e o Vietnã, o CWS pôde desempenhar recentemente um papel central na obtenção de vistos de saída para cento e dez crianças americano-asiáticas, que puderam assim deixar o Vietnã rumo a novos lares nos Estados Unidos. O CWS espera que um número ainda maior de crianças americano-asiáticas se beneficie dessas negociações.

CUBA: Ao contrário do que afirma o artigo, ninguém no Conselho proclamaria que Cuba, ou qualquer outro país comunista, é uma sociedade modelo para os cristãos. Muita gente da Igreja que visitou os cristãos de outros países acredita de fato que os cristãos dos EUA podem aprender novas lições de fé com seus irmãos e irmãs cristãos de todas as partes do mundo, inclusive com aqueles que lutam para preservar sua fé nos países comunistas. Visitantes puderam observar cubanos realizando seus cultos livremente, embora o ateísmo seja ensinado nas escolas e os cristãos confessos não possam pertencer ao partido comunista.

O isolamento da Igreja cristã nos países comunistas traz profunda preocupação aos cristãos dos Estados Unidos. Portanto, como parte da Igreja universal, que desconhece limites políticos ou geográficos, o CNI planejou visitas a comunidades cristãs não somente de Cuba, mas também da República Popular da China, da União Soviética, da Polônia e de outros países comunistas, para ajudar a minimizar o isolamento da Igreja cristã e a incentivar-a em seu esforço. A autora não menciona o papel do CWS instalando 55 mil, 881 refugiados cubanos, 11 mil, 868 na última leva de egressos.

DIREITOS HUMANOS: Além de criticar a atuação do CNI/CWS no Vietnã e em Cuba, a autora cria a impressão de que o CNI não se ocupou adequadamente dos abusos dos direitos humanos. "A maior parte dos grandes ultrajes dos direitos humanos de nosso tempo nunca foi condenada pelo Conselho Diretor do CNI", sustenta ela (p. 122).

Na verdade, mais de cento e vinte resoluções sobre os direitos humanos foram emitidas pelo Conselho Diretor em

seus trinta e dois anos de história. A equipe do CNI acredita que essas declarações dizem respeito aos grandes ultrajes aos direitos humanos em nosso tempo, tratando dos sofrimentos dos prisioneiros de consciência e de outros abusos na URSS (declaração de maio de 1981, novembro de 1979, novembro de 1977, outubro de 1975, outubro de 1973) e dos massacres do Pol Pot em Kampuchea, antes Cambodja (1978 e 1979).

A autora pretende que a declaração do CNI sobre o Cambodja "Responsabiliza tanto o governo dos EUA quanto o regime Pol Pot" (p. 122). Trata-se de uma flagrante distorção da declaração de novembro de 1978, que cita o bombardeamento norte-americano no Cambodja durante a guerra no Vietnã como um fator contribuinte. A declaração, contudo, condena os métodos de ação do regime Pol Pot afirmando: "Deploramos agora a tragédia deliberada imposta ao povo de Kampuchea por seu governo."

Para dar um testemunho oportuno nos intervalos entre as reuniões semi-anuais do Conselho Diretor, o secretário-geral pode fazer declarações em nome do Conselho. Em 1980, a Doutora Claire Randall divulgou uma declaração oficial deplorando a incursão soviética no Afeganistão. Em 1977, reclamou a investigação internacional de "flagrantes violações de direitos humanos em Uganda" sob o governo de Idi Amin.

Mas as resoluções emitidas pelo Conselho Diretor com denúncias a violadores de direitos humanos são somente uma das formas pelas quais o CNI atua frente aos abusos dos direitos humanos. Essa via pode ser altamente eficaz, especialmente se o país em questão é sensível às opiniões dos cristãos norte-americanos. Em outros casos, um trabalho discreto (similar à política de "diplomacia silenciosa" do presidente Reagan) pode ser mais produtivo. O escritório de Direitos Humanos do CNI operou nos bastidores em relação a questões como a de pessoas desaparecidas em países comunistas e a da violação de direitos humanos em várias nações africanas. O escritório trabalhou também para levar conforto às famílias das vítimas nesses e em outros lugares. Devido ao caráter delicado desse trabalho, muitos dos êxitos do CNI na reparação de violações de direitos humanos devem permanecer sem divulgação.

VISÃO DOS ESTADOS UNIDOS: Outro tema capital do artigo é que o CNI "tornou-se obcecado por pretensas injustiças inerentes aos Estados Unidos" (p. 121), e que muitos de seus dirigentes acreditam que "uma sociedade justa é impossível sob o capitalismo" (pp. 121-122).

O CNI acredita que a obediência ao Evangelho de Jesus Cristo implica que os cristãos deverão por vezes criticar sua própria nação — o país onde Deus os colocou — quando esta não está vivendo de acordo com seus próprios padrões de justiça. De fato, os cristãos norte-americanos

mais leais ao seu próprio país e a sua cultura serão aqueles que mais ativamente procurarão criticar os Estados Unidos — não para condená-lo, mas para aperfeiçoá-lo.

No plano econômico, por exemplo, com 12 milhões de norte-americanos desempregados, o CNI certamente não está sozinho ao questionar os atuais programas econômicos do país, que parecem aumentar a distância entre ricos e pobres e levar sofrimento a muitas pessoas inocentes.

O CNI questionaria qualquer sistema ou política econômica que provocasse sofrimento humano. Já em 1955 o Conselho Diretor do CNI declarava: “Não há um sistema econômico completamente cristão”, e desafiava os cristãos a aplicar sua sensibilidade cristã à análise de todas as formas de vida econômica. E recentemente, em novembro de 1981, o bispo James Armstrong censurava o apoio cristão seja ao capitalismo ou ao marxismo dizendo: “A igreja não pertence ao bolso nem de Adam Smith nem de Karl Marx.”

Questões sociais nos Estados Unidos: Em relação às questões sociais, a autora cita uma declaração sobre a orientação relativa à justiça criminal. A própria declaração adverte que não pretende dar um tratamento exaustivo ao crime ou ao sistema de justiça criminal. Procura, sim, formular uma perspectiva exclusivamente cristã sobre a questão. Enfatiza a reparação, a reconciliação, as alternativas criativas para o encarceramento, e apóia a eliminação das causas do crime.

A autora critica também a abordagem do CNI à fome doméstica. É particularmente crítica face às conclusões de uma Conferência Ecumênica sobre a Fome Doméstica, de 1975, declarando que tais afirmações “são reveladoras de atitudes preponderantes entre os membros da equipe do CNI que organizam conferências” (p. 122). Ela não prova essa alegação. O que pode ser demonstrado é que essa conferência, realizada em Green Lake (Wis.) contou com a presença de leigos, fazendeiros, educadores, líderes comunitários e dirigentes eclesiás, que, também eles, elaboraram e referendaram a declaração. A equipe do CNI auxilia na organização de conferências, mas não dirige seus resultados.

Uma crítica mais séria é dirigida contra o programa atual que, em suas palavras, “tem muito mais a ver com a modificação da sociedade que com a alimentação dos que têm fome” (p. 124). A Rede da Fome Doméstica, mencionada no artigo, reúne centro e três grupos de origem popular que recebem fundos de proveniência confessional para seu trabalho. Muitos desses grupos fornecem auxílio alimentar direto aos necessitados e, através de trabalho educativo e de defesa, enfrentam as causas básicas da fome doméstica. O CNI não partilha da estreita definição da assistência aos famintos proposta pela autora e dedica-se a auxiliar as pessoas a serem auto-suficientes. Ao mesmo tempo em que desenvolve um amplo trabalho de assistência em situações

de emergência, o CNI trabalha também em prol de soluções de mais longo prazo para a fome, como educação, soluções legislativas e apoio para grupos de auto-assistência em comunidades locais. Através do CWS, despesas locais e outros programas comunitários ligados à fome receberam mais de 700 mil dólares em 1982. Visto que algumas dessas soluções podem estar situadas na área política, as Igrejas, com o auxílio do CNI, apóiam de fato trabalhos que alguns podem considerar de ativismo político, como, por exemplo, o registro eleitoral para permitir que mais pessoas votem em questões relacionadas à fome, ou uma campanha local para aumentar os fundos para a alimentação de crianças, gestantes e anciãos.

INSTITUTO DA RELIGIÃO E DA DEMOCRACIA: Muitos especialistas não concordam com a avaliação feita pela autora do Instituto da Religião e da Democracia (IRD, p. 125). O escritor católico Peter Steinfels considera o IRD “uma organização altamente política e partidária” que marcha “sob a bandeira da independência da Igreja” e elabora “um arsenal de alegações vagas e prejudiciais” contra dirigentes eclesiás. Ao incluir uma nota sugerindo que os leitores entrem em contato com o IRD o *Reader's Digest* está agindo como um veículo partidário para a satisfação de propósitos do interesse de uma agência não vinculada à revista.

O CNI é um local onde as confissões religiosas se reúnem para tomar decisões relativas ao seu trabalho e testemunho comum. Representantes das confissões ligadas ao Conselho supervisionam e aprovam todo o trabalho do CNI. Assim, existem canais para a prestação de contas, e têm sido utilizados com sucesso. Os duzentos e sessenta membros do Conselho Diretor do CNI são indicados pelas Igrejas membros e são responsáveis perante as mesmas. Em contrapartida, os trinta membros da direção do IRD são auto-indicados e, ao que saiba o CNI, não respondem perante qualquer organismo eclesiás. Ao mesmo tempo em que critica livremente os programas do CNI e as entidades que o integram, o IRD não empreendeu um único programa próprio para cumprir os mandatos bíblicos de Lucas e Mateus.

A extensão da influência do IRD sobre o conteúdo do artigo pode não ser evidente à primeira vista. Mas David Jessup, por exemplo, o representante da Igreja Metodista Unida, retratado na primeira linha do artigo, é de fato um membro do corpo diretor do IRD.

O mascaramento da identidade de David Jessup é somente uma das *práticas jornalísticas questionáveis* empregadas no artigo. Entre elas, estão as seguintes:

- Um parágrafo (p. 120) dá ao leitor a impressão de que grandes montantes do dinheiro dos metodistas unidos foram encaminhados para “organizações políticas” através do CNI. Como já se afirmou antes, o dinheiro do CNI é

encaminhado através de estruturas eclesiás sediadas em outros continentes e em nosso país, não sendo dado a organizações políticas, governos ou “grupos marginais com tendência à violência” (p. 121). Ali onde não existia uma estrutura eclesiás, o CNI e/ou o CWS promoveram a formação de consórcios intereclesiás de modo a atender necessidades específicas vigentes. Por exemplo, para combater a inanição na Somália, onde não há uma presença cristã organizada, o CWS ajudou a criar a Resposta Intereclesiás para o Chifre da África, uma coalizão de agências de caridade que supervisionam o auxílio para a salvação de vidas e o desenvolvimento na Somália.

- Na p. 121, a referência da autora à participação da Igreja Batista do Sul e da Igreja Católica no CNI é incompleta. Embora nenhum desses grupos seja membro do CNI, ambos cooperam com ele em projetos e programas específicos de interesse mútuo.
- Na referência feita pela autora, à p. 121, à Conferência Nacional de Advogados Negros, ela atribui culpabilidade por associação, numa tentativa de desacreditar o ex-presidente do CNI, ao mencionar vagamente uma filiação entre a Conferência Nacional de Advogados Negros e um outro grupo acusado de ser uma organização de raízes soviéticas. Mais uma vez, não há comprovação de sua insinuação contra o presidente anterior, William Howard, ou a Conferência.
- Ao longo de todo o artigo, a autora faz alegações não fundamentadas e usa aspas sem identificar as fontes do material citado. À p. 123, afirma que os dirigentes eclesiás vêm-se atraídos pela ssociedades marxistas-leninistas do Terceiro Mundo devido “à própria tendência para controlar todos os aspectos da vida das pessoas”. Não fornece nenhuma base para essa acusação totalmente infundada. Ao contrário, os dirigentes eclesiás ligados ao CNI trabalham ativamente para a proteção da liberdade religiosa, e outras liberdades, em todo o mundo.
- Também à p. 123, a autora, referindo-se a Isaac Rotenberg, da a impressão de que ele foi demitido de um emprego no CNI por críticas que teria feito ao Conselho. De fato, o Rev. Rottemberg nunca foi empregado pelo CNI; trabalhava para a Igreja Reformada na América e, segundo essa entidade, foi despedido por razões administrativas internas.

- Outra referência pessoal à p. 123 declara que o ex-diretor do CWS, James MacCracken, foi “sumariamente demitido” pelo Dr. Eugene Stockwell por se ter recusado a “desviar a atuação de sua missão tradicional” de forma a adotar uma nova ênfase sobre “libertação e justiça”. Segundo os documentos do CNI, o comitê do CWS, sob a direção de MacCracken, afirmou, num retiro realizado em 1973 em Stony Point (N.Y.), seu “*continuado* compromisso com a justiça e a libertação através da ajuda direta e da defesa”; não se fixou uma *nova* orientação. MacCra-

cken desvinculou-se do CNI em 1974, por uma cordo mútuo aprovado pelo comitê do CWS e pelos principais dirigentes do CNI.

- A asserção da autora, à p. 124, de que perdas de membros por parte das principais igrejas podem ser atribuídas ao ativismo do CNI também não é acompanhada de provas. Sua única base possível para tal afirmação vem de um livro escrito por Dean Kelley, da equipe do CNI. Esse livro, revisto em 1977, não reflete inteiramente a situação atual. Uma recente análise estatística realizada por William McKinney, relatada no *Yearbook of American and Canadian Churches: 1982*, sugere que as defecções sofridas pelas principais Igrejas podem ser atribuídas a considerações demográficas, entre as quais uma filiação mais idosa e baixos índices de nascimento entre protestantes das principais Igrejas.
- Um erro factual de importância menor ocorre na referência feita pela autora, à p. 124, à Rede da Fome Doméstica. Ela menciona cento e cinco projetos em 1980, quando o número real declarado pela rede nesse ano foi de oitenta e um.
- À p. 125, ela dedica uma longa passagem à “literatura do CNI”, incluindo uma descrição um tanto inflamada de uma peça. Esquece de mencionar que a peça está claramente rotulada como um entre muitos “dramas curtos, destinados a estimular discussões na África do Sul”. Assim sendo, a peça não reflete o pensamento oficial do CNI, sendo deliberadamente provocativa para estimular a discussão em grupos ligados às Igrejas.

Acreditamos que qualquer revisão justa e cuidadosa do trabalho global do Conselho Nacional de Igrejas de Cristo levaria a conclusões muito diversas das que se oferecem nesse artigo simplista e distorcido. Como o fez desde seu começo, o CNI vê como sua tarefa fundamental a proclamação da mensagem do Reino de Deus, que é a mensagem de Jesus Cristo — uma mensagem de amor, graça, paz, justiça e misericórdia.

O CNI sabe que o Reino não virá pelo trabalho de seres humanos, que só se realizará na plenitude do tempo de Deus. Não obstante, Jesus disse que o Reino está entre nós. Devemos tentar, portanto, viver essa mensagem neste mundo real e complexo. As Confissões que integram o Conselho Nacional de Igrejas de Cristo podem alegrar-se pelo que têm feito juntas, como uma comunidade de Igrejas, na medida em que têm procurado ser fiéis à totalidade do Evangelho de Jesus Cristo.

Elaborado em 17 de dezembro de 1982



RESPOSTA DO CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS DE CRISTO AO PROGRAMA "60 MINUTOS"

Nota do Editor: O tratamento dado ao Conselho Nacional de Igrejas, ao Conselho Mundial de Igrejas e vários outros organismos ecumênicos pelo programa de televisão conhecido como "60 Minutos" (CBS) em sua edição de 23 de janeiro de 1983 criou nos Estados Unidos uma controvérsia generalizada. Em resposta ao programa transmitido para todo o país, o Conselho Nacional das Igrejas de Cristo nos EUA preparou a seguinte documentação.

Visão distorcida e parcial

A edição de 23 de janeiro de 1983 de "60 Minutos" (CBS) começou com um segmento denominado "O Evangelho segundo quem?". Esse quadro afirmava que o Conselho Nacional de Igrejas de Cristo nos EUA (CNI), o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e várias das principais confissões protestantes estão envolvidos em atividade política em todo o mundo, inclusive no apoio a revoluções armadas. Num comunicado emitido no dia seguinte, altos funcionários do CNI denunciaram o segmento como distorcido, sensacionalista e tendencioso, e negaram as afirmações. O CNI acredita que o programa teve origem numa análise política puramente secular do trabalho das Igrejas. Em entrevistas com a equipe do CNI, a CBS não fez qualquer tentativa de investigar as bases teológicas do trabalho do Conselho.

Assim, não é surpreendente que o espectador seja induzido a acreditar que o Conselho opera antes por motivos políticos que por razões bíblicas e teológicas. Como parte da Igreja universal, o CNI está em intimo contato com o pessoal da Igreja em todas as partes do mundo, inclusive naqueles lugares em que os cristãos são perseguidos ou estão isolados. O trabalho do CNI é, pois, conformado pela totalidade da Igreja de Jesus Cristo, não por tendências políticas em qualquer país. Um levantamento informal entre os espectadores mostrou que o programa deu lugar a uma série de falsas impressões, entre as quais as se-

guientes: A falsa impressão de que o dinheiro depositado pelos freqüentadores das Igrejas nas bandejas de coleta custeiam revoluções armadas através da ação de organismos eclesiás nacionais; a falsa impressão de que esses grupos eclesiás apóiam regimes e movimentos comunistas, ou, pelo menos, financiam organizações de origem soviética; a falsa impressão de que grandes quantias do dinheiro da Igreja e do tempo da equipe são canalizados para causas dúbias; a falsa impressão de que dirigentes ecumênicos e confessionais não são dignos de crédito; a falsa impressão de que os críticos do CNI que figuraram no segmento haviam sido selecionados aleatoriamente como representantes típicos de sua confissão. Embora o segmento tivesse sido habilidosamente planejado para criar essas falsas impressões, um exame cuidadoso dos fatos mostra que eles são falsos e que as provas apresentadas não os confirmam.

PROGRAMA DE COMBATE AO RACISMO

Não foi apresentada a menor prova de que doações da Igreja financiem revoluções armadas — e nem seria possível apresentá-la. De fato, o CNI opõe-se sistematicamente à violência. A ajuda do CNI é remetida para outros países mediante entendimento com as Igrejas locais, é cuidadosamente supervisionada e é usada somente para propósitos humanitários. Embora o espectador desavisado possa certamente ter ficado com a impressão de que as Igrejas estão efetivamente comprando armas, um olhar mais atento mostra que em nenhum momento o CNI é acusado disso. Somente o Programa de Combate ao Racismo (PCR), do Conselho Mundial, é acusado. Esta acusação contra o PCR já conta cinco anos de idade; nunca foi provada; e "60 Minutos" não forneceu nenhuma nova informação. Embora seja verdade que o CNI e o CMI (que não são organicamente relacionados um ao outro) cooperem mutuamente em certas áreas, "60 Minutos" insinuou que o dinheiro doado ao CNI poderia chegar ao PCR, que os ofertantes desconhecem. Isto não é verdade. O controverso apoio dado a movimentos de libertação

provém exclusivamente de um fundo especial do PCR. O CMI tem uma regra estrita, segundo a qual nenhuma verba pode ser encaminhada para esse fundo especial, salvo aquelas que lhe são especificamente destinadas. Nenhum outro dinheiro pode ser usado para esse fundo. "60 Minutos" não pode alegar ignorância sobre esta e outras impressões enganosa dadas sobre as finanças do CNI, uma vez que os registros financeiros desse organismo são abertos ao público e haviam sido entregues ao produtor desse segmento do programa.

NICARÁGUA E EL SALVADOR

O segmento pinta um quadro de organizações eclesiás profundamente envolvidas em política — política de tendências marxistas. Através de uma série de procedimentos desleais, o espectador é induzido a acreditar que o CNI auxilia o comunismo no exterior e financia organizações ligadas à União Soviética dentro dos EUA. Isto é patentemente falso. Entre os duvidosos indícios oferecidos estava o fato de que contribuições das Igrejas foram destinadas à campanha de alfabetização iniciada pelo governo sandinista da Nicarágua. Tais contribuições nada tiveram de subversivas. Entre outros colaboradores — nenhum deles mencionado por "60 Minutos" — estiveram o governo dos EUA, OXFAM, vários governos da Europa ocidental e organizações de trabalhadores. Em decorrência dessa campanha, o índice de alfabetização elevou-se de 30 para 80%.

A insinuação de Morley Safer, como moderador do programa, de que trabalhadores norte-americanos não são bem-vindos à Nicarágua é falsa. A equipe do CMI notifica que, no último outono (1982), aproximadamente mil norte-americanos, técnicos de firmas privadas, trabalhavam ali. Uma declaração do evangelista da Igreja Metodista Unida, Ed Robb, de que as simpatias do CNI voltam-se para a oposição, dominada pelos marxistas, em El Salvador, não recebeu qualquer refutação. Um exame da ação do CNI em El Salvador invalida essa alegação. De fato, o CNI forneceu ajuda no interior do país através de grupos como

a ASESAH, um organismo ecumônico de auxílio que atende a pessoas inocentes encarraladas entre as forças do governo e as da oposição. As declarações do Conselho Diretor do CNI em defesa da cessação da ajuda dos EUA ao atual governo significam um protesto contra a atuação desse governo; isto não pode ser interpretado como apoio a qualquer um dos vários movimentos de oposição. Nossa profunda preocupação em El Salvador tem sido o sofrimento do povo, que é predominantemente cristão. A natureza não partidária dessa preocupação foi demonstrada durante uma visita de Igreja-a-Igreja realizada por dirigentes de alto escalão do CNI a El Salvador. A delegação do CNI só manteve contatos com dirigentes eclesiás e com o embaixador dos EUA.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS COMUNIDADES LOCAIS

Outra falsa impressão é criada quando o segmento é aberto com a declaração de que os generosos fiéis das confissões membros do CNI ofertaram cento e quinze milhões de dólares em óbulos semanais, sem mencionar que uma média de 80 por cento do dinheiro ofertado permanece na comunidade local. Apenas 0,2 por cento vão para o CNI. Dessa fração, mesmo os críticos do programa concordaram em que a maior parcela é dirigida a causas meritórias, às quais não têm objeções a fazer. Pelo fato de um programa informativo ter dedicado uma fração maior que a habitual de seu tempo ao trabalho feito com uma pequena parcela desses óbulos, o espectador é naturalmente levado a concluir que elevadas somas de dinheiro devem estar envolvidas, a despeito de dois breves desmentidos. De fato, estão em causa somas muito pequenas. Por exemplo, do orçamento total do CNI em 1982 — 44 milhões de dólares — 15 mil dólares foram doados à EPICA, uma organização ecumônica acusada no programa de possuir tendências esquerdistas. Embora tenha recebido muito menos que 0,1 por cento dos recursos financeiros do CNI em 1982, a EPICA teve lugar de destaque no segmento dos "60 Minutos". Completo silêncio recaiu sobre o trabalho que mais consome dinheiro e tempo da equipe no escritório da América Latina — a assistência a refugiados da América Central, o trabalho com refugiados cubanos que chegam a Miami, a ajuda aos que vivem na miséria no Haiti e projetos similares.

AJUDA AOS PERSEGUIDOS

O efeito global do programa foi o de colocar sob suspeita os dirigentes da Igreja nacional. As piores declarações, típicas do teor de todo o segmento, foram feitas por Richard Neuhaus, um dirigente do Instituto da Religião e da Democracia. Ele acusou os dirigentes da Igreja nacional de terem mentido ao povo, ainda que não apresentasse nenhuma prova. Igualmente infundada e não documentada foi sua alegação de que os dirigentes eclesiás "consorciam-se" com aqueles que perseguem, torturam e matam cristãos. Essa malévolas afirmação não foi questionada por Morley Safer, e tampouco foi dada aos acusados a oportunidade de se defenderem. Ambas as acusações são falsas. Em relação à primeira, os espectadores deveriam lembrar que, no caso dos grupos eclesiás mencionados, seus dirigentes são escolhidos pelas Igrejas, e devem responder perante aqueles a quem servem. Os críticos, que não são responsáveis perante qualquer organismo eclesiás, procuram explorar para finalidades próprias as dificuldades que existem naturalmente em qualquer estrutura de âmbito nacional. Apesar dessas dificuldades, os dirigentes eclesiás estão em permanente contato com os cristãos dos EUA ao nível de congregação. Seu papel é complexo, uma vez que estão também em contato com as Igrejas populares de outros países, por todo o mundo, e procuram constituir uma ponte.

Neuhaus afirmou particularmente que os dirigentes eclesiásticos mentem ao fazer uma descrição rósea das condições dos pobres em outros países. Nada poderia estar mais longe da verdade, uma vez que os dirigentes eclesiásticos, baseados em seus conhecimento de primeira-mão dos sofrimentos dos pobres, promovem ativamente programas e planos para atender a suas necessidades imediatas e corrigir injustiças que contribuem para sua penosa situação. Sobre a segunda acusação, em contradição direta com a afirmação de Neuhaus de que os líderes de Igrejas se "consorciam" com aqueles que perseguem cristãos, os dirigentes do CNI podem oferecer incontáveis exemplos de situações em que cristãos perseguidos foram auxiliados por dirigentes eclesiás dos EUA, seja por sua presença física, suas orações, negociações de bastidor ou declarações públicas. Muito recentemente, no dia 10 de janeiro de 1983, Kim Dae Jung, famoso líder político cristão da Coréia do Sul, veio ao CNI para agradecer ao povo das Igrejas dos EUA por sua atua-

ção ao salvá-lo da morte nas mãos de seu próprio governo e por seu apoio aos elementos moderados, democráticos, que ele representa. Os cristãos têm um papel destacado na pressão por reformas democráticas na Coréia, e muitos foram presos em razão de suas crenças. Neuhaus insinuou que não se tem dado um apoio similar aos cristãos dos países comunistas. Mas, ainda no mês passado, funcionários graduados do CNI foram à União Soviética. Em sua estada lá, fizeram uma extensa visita pastoral a famílias pentecostais que se haviam refugiado na embaixada norte-americana em Moscou e procuraram estabelecer contato com dissidentes. Ao longo dos anos, as visitas a cristãos em países comunistas levaram a estes força para perseverar sob pressão e lhes mostraram o apoio e a preocupação da Igreja universal.

TESTEMUNHAS DESONESTAS

Os espectadores podem também ter sido levados a acreditar que Robb, Neuhaus e o reverendo Michael LeSaux, pastor da congregação de Logansport (IN), mostrados no segmento, haviam sido aleatoriamente selecionados como representantes típicos de suas confissões. Mas isto está longe da verdade. Robb e Neuhaus são figuras de proa de uma pequena organização denominada Instituto da Religião e da Democracia (IRD), que, como "60 Minutos" observou rapidamente, recebe seus fundos basicamente de fundações privadas conservadoras. A única atividade do IRD até hoje foi o ataque às principais Igrejas protestantes e às suas agências; não propôs qualquer programa positivo próprio para atender às necessidades humanas; responde apenas perante uma direção de trinta membros auto-selecionados. Alguns acreditam que seu trabalho é orientado por uma motivação mais política que religiosa. Peter Steinfela, editor executivo da revista católica **Commonweal** qualificou a IRD de "uma organização altamente política e partidária", que marcha "sob a bandeira da independência eclesiás" e fabrica "um arsenal de imputações vagas e prejudiciais" contra dirigentes eclesiás. Do tempo de transmissão concedido a LeSaux e seus paroquianos, o espectador poderia concluir ser ele um líder da Igreja Metodista Unida (IMU). De fato, a resolução proposta por sua congregação no sentido da retirada da IMU do CMI foi derrotada por uma margem de dez a um na conferência anual da IMU, realizada em Indiana, em junho de 1982. Nenhum dos muitos pastores e leigos

da Metodista Unida que defenderam a permanência no Conselho Mundial foram mostrados no programa.

Recursos visuais e entrevistas tendenciosas. Essas falsas impressões foram criadas por uma série de recursos desonestos. A televisão não se baseia apenas em palavras; faz poderosas afirmações através do uso de vividas imagens visuais. Na abertura, o uso injustificado de fotografias de Fidel Castro e de desfiles na Praça Vermelha, absolutamente desprovidos de relação com quaisquer fatos apresentados, evoca respostas emocionais que se conservem no telespectador ainda que o CNI não forneça apoio algum a tais governos. De modo similar, a marcha em colunas de soldados negros na África e os cadáveres de missionários brancos despertam no espectador a impressão de que as Igrejas financiam o terrorismo, informação falsa que já refutamos. A omissão de certas imagens visuais evocativas também é significativa. Num quadro que pretendia mostrar para quem trabalham as Igrejas, não seria importante usar filmes que mostrassem pessoas sendo medicadas, alimentadas, abrigadas, educadas, tendo suas vidas transformadas pelo trabalho das Igrejas por Jesus Cristo? A equipe do CMI não foi solicitada a fornecer essas imagens, tampouco lhe foi dada a possibilidade de mostrá-las.

Apesar do reconhecimento, por parte de Morley Safer, do risco de se sugerir a culpabilidade por associação, o segmento está profundamente calcado nessa tática. Um exemplo chocante é a menção da KGB no mesmo comentário em que são referidas duas organizações que Safer vincula ao CNI. Mais uma vez, nenhuma prova justifica essa associação. Como demonstramos, o quadro peca por falta de equanimidade sob diversos aspectos. Enquanto os críticos do CNI estão bem representados por Robb, Neuhaus, LeSaux, três paroquianos não identificados e por grande parte do editorial de Safer, apenas uma única pessoa pode falar pelo CNI. O bispo James Armstrong — o mais graduado funcionário eleito do CNI — é de fato a pessoa indicada para expor tanto a teologia quanto o trabalho do CNI. Safer perdeu essa oportunidade ao cravar o bispo Armstrong de perguntas sobre detalhes mínimos dos programas do CNI, detalhes que apenas um membro da equipe em tempo integral poderia responder. Embora o bispo Armstrong tivesse sido informado de que a entrevista seria sobre o CNI, Safer reiteradamente tentou fazê-lo falar sobre recentes

programas do Conselho Mundial de Igrejas, com os quais o bispo não tem vínculo algum. O CNI sugerira a "60 Minutos" diversos integrantes da equipe que estariam em condições de responder a questões detalhadas sobre os programas da entidade. "60 Minutos" recusou esses oferecimentos, embora soubessem que o bispo Armstrong estava na equipe há não mais que seis meses, por ocasião da gravação da entrevista, em junho de 1982.

Acresce que a maneria de entrevistar de Safer foi claramente diversa com relação aos defensores das Igrejas e a seus críticos. Enquanto se descontraía e permitia que os críticos discorressem livremente, suas perguntas ao bispo Armstrong foram hostis, agressivas e definiram os termos em que o trabalho do CNI estava sendo discutido. Sobretudo em relação aos detalhes sobre os quais o bispo Armstrong foi argüido, o segmento insinuou que várias organizações que o CNI auxilia são subversivas. Em nenhum momento isto ficou mais evidente que na discussão acerca da EPICA. Suas publicações sobre a América Central proporcionam aos cristãos de outros países um fórum para falar aos cristãos daqui. Assim, o CNI nem censura nem promove as concepções expressas nesse material, e ele não deveria ser indevidamente tomado como veículo da orientação oficial do CNI. Em algumas passagens, o segmento apresentou material antigo como se fosse parte de programas atuais do CNI. O Centro de Recursos de Cuba, cujas publicações a partir de 1970 foram apresentadas com destaque, não recebe verbas eclesiás desde 1979. Mais ainda, seu financiamento nunca foi feito através do CNI.

"QUEM É O MEU PRÓXIMO?"

As acusações feitas em "60 Minutos" não são novas. São tão velhas quanto o momento em que Jesus contou a parábola do Bom Samaritano. Em todas as épocas surgem vozes que dão uma definição estreita como resposta à pergunta de Jesus: "Quem é o meu próximo?" Acreditamos que o Evangelho é bastante claro ao dizer que todas as pessoas, em toda parte, são nossas irmãs e irmãos. "60 Minutos" perdeu uma oportunidade de explorar as reais dificuldades com que se defrontam os cristãos comprometidos, em seu empenho por trabalhar ecumenicamente para aliviar o crescente sofrimento do mundo. Em vez disso, "60 Minutos" nada fez senão requentar velhas acusações de fontes de direita,

acusações que foram repetidamente desmentidas por muitas outras novas organizações, as próprias Igrejas e Concílios ecumênicos. Desde o início de sua pesquisa "60 Minutos" parece ter colocado as acusações acima da exatidão e a sensação acima da substância. Outros observadores ponderados observaram em "60 Minutos" um padrão, segundo o qual todos os grupos religiosos — católicos romanos, protestantes, evangélicos — foram tratados com desconfiança e descrédito.

Sem dúvida, no segmento sobre o CNI, apenas falsos louvores foram apresentados como elemento de equilíbrio. Como disse Claire Randall, Secretária-Geral do CNI: "De milhares de membros do clero local, o único entrevistado por '60 Minutos' foi um pastor que interpreta mal e combate o CNI e o CMI. Das milhares de Igrejas locais que apóiam o CNI e o CMI, a única visitada por '60 Minutos' foi a igreja desse pastor que propusera uma resolução anti-CMI. Das centenas de pessoas que votaram a aprovação ou não dessa resolução na Conferência Anual da Metodista Unida, levando à sua derrota por dez a um, '60 Minutos' só levou em conta a pessoa que a propôs. Das mais de 300 confissões membros do Conselho Mundial, o único dirigente eclesiástico entrevistado foi o de grupo que se havia retirado do CMI. Dos milhares de pessoas nos EUA e em todo o mundo que se beneficiaram de programas do CNI e do CMI, "60 Minutos" não entrevistou um único representante. Ao contrário, Morley Safer dedicou grande parte de sua atenção a uma pequena organização, o Instituto da Democracia e da Religião, cujo único programa é atacar outros grupos cristãos". O bispo James Armstrong também observou: "Ser fiel ao Evangelho envolve riscos e incompREENsões; será também visto por alguns como 'político'. Nesse sentido, a comunidade religiosa sempre foi política. Moisés desafiou o Faraó. Elias desafiou a Rainha. Jesus desafiou César. Um ministro presbiteriano chamado Whitherspoon assinou a Declaração da Independência. A abolição, a abstinência de bebidas alcoólicas, os direitos civis, o aborto, a paz com justiça — todas estas são questões profundamente religiosas que extravasam para a arena pública. Uma democracia assenta-se sobre a integridade e a eqüidade. O segmento que a CBS apresentou sobre o CMI e o CNI não refletiam nenhuma dessas duas coisas."

cartas cartas cartas cartas cartas cartas cartas cartas

CARTA PASTORAL DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CEPAD

(Comitê Evangélico Pró-Ajuda ao Desenvolvimento)

AOS NOSSOS IRMÃOS E IRMÃS DAS IGREJAS CRISTÃS DOS ESTADOS UNIDOS

NOSSOS IRMÃOS CRISTÃOS DO MUNDO INTEIRO

"Se uma parte do corpo sofre, todas as demais sofrerão também."

1 Coríntios 12.26

Amados irmãos e irmãs:

Novamente nos dirigimos a vós, como parte que sois do mesmo corpo a que também nós pertencemos, o Corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo. Fazemo-lo com profunda dor em nossos corações, dor que provém do sofrimento de centenas de nossos irmãos na fé e de concidadãos que sofrem hoje, nas zonas Norte e Central de nosso país, a perseguição, o seqüestro, a violação e o assassinato.

Como cristãos, comprometidos com a justiça e com o amor, não podemos menos que denunciar, perante todos vós e perante o mundo, as atrocidades de que são vítimas nossos irmãos por parte de grupos contra-revolucionários que hoje atacam nosso país; esses grupos, claramente treinados e financiados pelo governo dos Estados Unidos — como a imprensa norte-americana o denunciou em diferentes oportunidades — estão invadindo nossa pátria, semeando a morte, o pânico e o desespero entre nossa gente.

É por isto que pedimos a nossas Igrejas irmãs dos Estados Unidos, em especial, que intercedam por nós junto a seu governo para que se detenha essa guerra não declarada que o governo dos Estados Unidos está fazendo contra o povo da Nicarágua. De nossa parte, estamos apoiando todos os esforços de paz feitos pelo governo da Nicarágua juntamente com os governos da Colômbia, da Venezuela, do México, do Panamá e da França.

Irmãos do mundo, denunciamos perante vós essa política injusta e agressiva do governo dos Estados Unidos contra nós; apelamos à vossa solidariedade e companheirismo, integrantes que sois, conosco, da Igreja de Jesus Cristo no mundo, para que, em nome dele, intercedais pelo que é fraco e contribuais para que se realizem os anelos e esperanças de nosso povo.

Queremos pedir-vos que, a partir da fé e do compromisso que tendes com Jesus Cristo, nos ajudeis a conseguir burlar esses tenebrosos planos contra nosso povo.

Pedimos:

- Vossas orações pelo povo sofredor da Nicarágua.

- Que intercedais, pelos mecanismos que estejam a vossa alcance, ante o governo dos Estados Unidos para que não continuem apoiando os grupos contra-revolucionários.
- Que soliciteis o diálogo, num nível igualitário, entre o governo dos Estados Unidos e o da Nicarágua.
- Que nos apoieis economicamente e com víveres para o atendimento de algumas famílias deslocadas das zonas Norte e Central do país, cujos lares, colheitas e terras tiveram de abandonar em razão da agressão que sofre nossa pátria.

"Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus"

Mateus 5.9

pela Assembléia Geral do CEPAD

Dr. Gustavo A. Paranón

Presidente

Rev. Nicanor Mairena

Secretário

- Procurar a obtenção e divulgação de informação verídica sobre os acontecimentos na região;
- Incrementar as pressões sobre o Congresso, o Departamento de Estado e o presidente Reagan, para que cesse a política de desestabilização do governo da Nicarágua e o apoio tático militar fornecido aos governos de El Salvador e da Guatemala;
- Enviar ajuda material às igrejas para atender às necessidades mais urgentes das populações afetadas pela violência;
- Incrementar o apoio material aos grupos de refugiados que se encaminham para vossa páis.

É nosso desejo que, animados pelo Espírito do Deus da vida, possamos marchar juntos rumo à verdadeira libertação de nossos povos atormentados, para que se realize plenamente a visão do Salmo:

"O amor e a verdade se encontrão, a paz e a justiça se beijarão, a verdade germinará da terra, e dos céus a justiça se debruçará."

Salmo 85.10-11

Com amor fraternal,
Delegados das Igrejas da
América Latina à VI Assembléia do CMI.

CARTA ÀS IGREJAS CRISTÃS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Panamá, 15 de abril de 1983

Estimados irmãos e irmãs no Senhor,

Graças e paz a vós em nome de nosso Senhor Jesus Cristo.

Nós, delegados das Igrejas Latino-Americanas à VI Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, reunimo-nos na cidade do Panamá para refletir juntos acerca do significado da afirmação "Jesus Cristo, a vida do mundo", e nos preparamos para nossa participação na Assembléia de Vancouver.

Essa reflexão e essa preparação foram por nós realizadas em meio ao clamor e à angústia do sofrido povo da região centro-americana. Com profunda dor vemos como as aspirações dos povos humildes da Guatemala, de El Salvador e da Nicarágua por viverem em paz e conquistarem melhores condições de vida são violentamente truncadas pelos ataques constantes de forças opressoras, estimuladas e apoiadas pelo governo dos Estados Unidos da América.

Reconhecendo vosso trabalho de apoio tanto no passado como no presente, dirigimo-nos agora a vós como nossos irmãos e irmãs na fé, rogando-vos encarecidamente que não vos canseis de fazer o bem e que continueis nos ajudando a suportar as cargas, cumprindo assim a lei de Cristo.

É nesse espírito que vos instamos a:

- Organizar vigílias de oração pela paz com justiça para os países da América Central;

MENSAGEM PASTORAL DA CONVENÇÃO BATISTA DA NICARÁGU

Las Conchitas, Manágua, 27 de janeiro de 1983

"Eles converterão suas espadas em arados e suas lanças em foices. Nenhum povo voltará a pegar em armas contra outro nem a receber instrução para a guerra."

"Todos viverão então sem temor, e cada um poderá descansar à sombra de sua videira e de sua figueira." São as próprias palavras do Senhor Todo-poderoso!
Miquéias 4.3b-4 (Versão popular).

Os duzentos e treze representantes das cinqüenta e sete igrejas batistas, organizações e instituições que conformam a Convenção Batista da Nicarágua, reunidos no Acampamento Monte de los Olivos para celebrar sua Assembléia Anual (47^a), sentem-se profundamente consternados e comovidos pelos testemunhos apresentados a esta Assembléia por pastores e missionários de nossas igrejas situadas nas regiões fronteiriças com Honduras.

Esses testemunhos revelam a crueldade de que foram vítimas irmãos nicaraguenses — membros do Exército Popular Sandinista, civis, mulheres, anciãos e crianças — por parte de grupos contra-revolucionários provenientes de Honduras, crueldade essa que se traduz em violações, mutilações, saques e assassinatos. Além disso, milhares de pessoas tiveram de abandonar suas ca-

cartas cartas cartas cartas cartas cartas cartas

sas e lavouras, o que trouxe miséria, dor e desunião aos lares nicaraguenses.

Frente a esta situação atentatória e de violação à vida, a Assembléia, em sua unanimidade:

1. Deplora profundamente essas ações e as repudia com energia.
2. Expressa sua simpatia e solidariedade cristã a todas as famílias afetadas, e roga ao Deus Todo-poderoso para que ele lhes conceda seu consolo.
3. Faz um apelo às igrejas batistas e ao povo cristão para que seus rogos e orações se complementem com ajudas materiais, como dinheiro, roupas, víveres e medicamentos em favor dos irmãos atingidos.
4. Suplica às Igrejas Batistas Americanas, à Convenção Batista do Sul e a todas as demais Convenções Batistas e Igrejas cristãs dos Estados Unidos que intercedam junto ao Governo dessa nação para que detenha de imediato toda ajuda aberta ou encoberta aos grupos contra-revolucionários acampados em Honduras, que semeiam a morte e a destruição entre nosso sofrido povo.
5. Apóia todas as ações que nosso Governo de Reconstrução Nacional levou a cabo para conseguir a paz e exorta a continuar fazendo esforços sobre-humanos para se revestir de um espírito de paciência, prudência e diálogo, mesmo ante o implacável acossamento de que é vítima a Nicarágua.
6. Suplica a todos os irmãos batistas ao redor do mundo, representados na Aliança Mundial Batista, que se unam a nós para interceder ante o Deus de amor para que a vontade dele de que o mundo inteiro conheça a sua paz, expressada

pelo profeta Miquéias, seja uma realidade em todo o mundo, inclusive na região centro-americana e na Nicarágua.

Rev. Gonzalo Mairena
Presidente

Imara de Mendoza
Secretária

Tomás Téllez R.
Secretário Executivo

Acompanhamos o sofrimento das famílias que tiveram de abandonar suas casas e suas lavouras para escapar às horríveis ações dos invasores de sua pátria.

Dói-nos também saber que esses invasores são sustentados por setores dos Estados Unidos da América que apoiam a política de seu governo, voltada para a desestabilização da Nicarágua.

Os clamores do povo nicaraguense encontram eco nas Igrejas Evangélicas da América Latina. Como irmãos em Jesus Cristo, Senhor da Vida, expressamos nossa solidariedade ao povo nicaraguense em suas lutas heróicas contra as forças da morte. Oramos para que Deus os bendiga. Comprometemo-nos a denunciar essas violências contra o povo da Nicarágua e buscarmos os meios eficazes para expressar nossa solidariedade.

Que a Paz volte a reinar e que a Graça de Deus esteja com todos os que amam sinceramente a Jesus Cristo e lutam para viver segundo seus ensinamentos de Paz e Justiça.

Fraternamente,

Missionário Manoel de Mello
Brasil

Beatriz Ferrari
Argentina

Representantes de 25 denominações Evangélicas, delegados à VI Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas.

AS IGREJAS EVANGÉLICAS DA NICARÁGUA

Panamá, 15 de abril de 1983

Queridos irmãos e irmãs,

Acompanhamos em oração e em sofrimento os acontecimentos que se desenrolam em seu país.

Após a libertação de um governo sangrento e explorador, voltam a ser ameaçados por grupos comprometidos com o regime anterior e com interesses econômicos internacionais. Conhecemos a crueldade de que foram vítimas irmãos e irmãs nicaraguenses — camponeses, mulheres, anciões, crianças — em suma, o povo sandinista.

MARXISMO: UMA RELIGIÃO DA POLÍTICA?

Religião e Sociedade nº 9
Título de capa: Deuses, Rituais e Instituições do Marxismo

Religião e Sociedade lança uma nova idéia para as comemorações do centenário da morte de Marx. Apresenta o marxismo como um "sistema de crenças" que tem feito da política algo muito parecido com uma religião. Ao invés de se ater às teorias dos "fundadores", ou às questões de sua relevância científica, *Religião e Sociedade* indaga sobre a maneira como o marxismo tem organizado a experiência, as emoções, a imaginação e as idéias das pessoas. Busca os *rituais* que dramatizam a visão de mundo marxista (festas, paradas, celebrações), as *instituições* que socializam os seus princípios, como as escolas de partido; o carisma criado em torno de seus líderes, como Stálin, Mao ou Fidel.

A idéia não é tão nova assim. A "revolução" já foi vista como um "mito moderno" inclusive por autores importantes da tradição socialista, como Georges Sorel (1847-1922). Na crise do "stalinismo", em 1956, as imagens religiosas penetraram a própria linguagem marxista. Só nos últimos anos é que alguns antropólogos, sociólogos e historiadores passaram a pesquisar o marxismo sob esse ponto de vista. Os resultados são polêmicos, mas devem ajudar na compreensão das idéias, fantasias e fantomas que o nome de Marx ainda evoca; cem anos depois de sua morte.

Vendas e pedidos pelo
Reembolso Postal para:
EDIÇÕES ACHIAMÉ LTDA.
Rua da Lapa, 180 sl
20021 Rio de Janeiro RJ
Telefone 222 0222



ESTÃO EMBRIAGADOS!

É estranho. Já no dia do nascimento da Igreja ela está sendo mal-entendida, senão mal interpretada. Os que afirmam "estão embriagados", referindo-se aos discípulos de Jesus, julgaram. E este mal-entendido não deixou a Igreja até os dias de hoje. É, por assim dizer, como que uma sombra, que acompanha a Igreja quando ela está sob o sol do Espírito Santo. Uma Igreja sem Espírito Santo nem passa por tais mal-entendidos. O próprio Jesus foi mal-entendido, quando acusado de andar em má companhia.

Nem sempre este mal-entendido tem feições irônicas como a suspeita de embriaguez, que recaiu sobre os discípulos. Este mal-entendido pode ganhar feições outras. Pode até mesmo armar-se. Então não somente falam mal da Igreja, ela não é somente acusada de subversão, mas tem seus membros aprisionados, e mortos os seus bispos. Neste Pentecostes — dia de aniversário da Igreja — penso no secretário geral da Igreja Luterana da Etiópia, Gudina Tumsa, que em julho de 1979, depois de ter dado estudos bíblicos, foi capturado e desde então desapareceu. Penso nas freiras mortas em El Salvador, penso em Oscar Romero, que se constituem nos testemunhos da reação do mundo a Pentecostes.

POTENCIAL DO AMOR

Porém, cuidado! Os discípulos não provocam essas reações de propósito. A perplexidade e o mal-entendido em Pentecostes são subprodutos. Quem faz disso a tarefa principal da Igreja não entende o Espírito Santo. Quem, por exemplo, se vangloria em ter escandalizado pessoas ao expulsar os ricos do culto cristão não sabe o que está fazendo. Lembremo-nos! De Jesus diz a história do jovem rico: "fitando-o o amou". Quem não ama não tem direito de escandalizar. O Espírito Santo vem para aumentar o potencial do amor e o mal-entendido na e a res-

peito da Igreja não cria alegria, mas dor.

Se o escândalo, o mal-entendido a respeito da Igreja somente é um subproduto do evento de Pentecostes, o que é, então, o essencial do Espírito Santo?

PAIXÃO DE DEUS

Voltemos à acusação que recaiu sobre os discípulos: "Estão embriagados". Talvez os acusadores tivessem enxergado até algo correto. o Espírito Santo talvez tenha pontos em comum com o espírito do vinho. Destaco duas semelhanças entre a atuação do Espírito Santo e o espírito do vinho.

Primeira: Ambos soltam a língua das pessoas e fazem com que elas saiam de si mesmos. Não é este o grande mistério de Pentecostes? É surpreendente como pessoas tímidas e acanhadas de repente, inspiradas por este espírito, começam a falar. Em Pentecostes as palavras fluem, a hesitação é superada.

Sem o entusiasmo que o Espírito Santo concede não se pode entender a fé cristã. O Espírito Santo — assim o definiu o padre Alfredo Delp, morto pela SS de Hitler — é a paixão de Deus por si mesmo. E ser cristão significa juntar a sua voz a esta paixão.

ESPÍRITO DA VERDADE

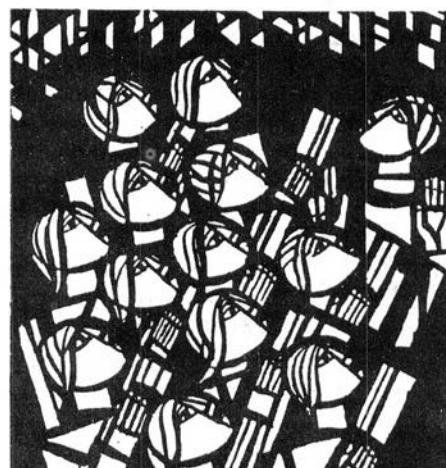
Existe porém, uma grande diferença entre o Espírito Santo e o espírito do vinho. Enquanto aquele, em sua abundância, edifica pessoas, este as desmonta. Enquanto o Espírito Santo une, o espírito do vinho isola.

Mas existe ainda uma segunda semelhança entre o Espírito Santo e o espírito do vinho. Diz-se que as crianças, os loucos e os embriagados falam a verdade. No vinho está a verdade, diz um velho provérbio latino. E é certo que o Espírito Santo é o espírito da verdade.

PESO DO MUNDO

O Espírito Santo também é inquiridor. Uma Igreja que não mais pergunta por si, que só procura o útil, o real, aquilo que não atrapalha, que só se preocupa com aquilo que a deixa funcionar e não questiona a doutrina e práxis da própria Igreja não existe mais no Espírito Santo.

Existe ainda uma grande diferença entre o Espírito Santo e o espírito do vinho. A verdade — que é contraposição à mentira, à hipocrisia, às aparências — na boca do embriagado muitas vezes fere ou acaba em luta ou autocompaição. E pode ser que o espírito do vinho faça com que o peso do mundo se desvaneça. Mas isto somente por alguns momentos passageiros. Depois, o peso do mundo volta ao embriagado ainda com mais força. E isso o distingue do Espírito Santo. Este espírito não deixa desaparecer nem explodir o mundo, mas encoraja pessoas para uma caminhada em conjunto, onde nunca vão faltar sinais de sua presença. E um sinal desta presença é pão e vinho, oferecido na Igreja.



Esta meditação foi extraída e resumida de texto de прédica proferida pelo Dr. Wilhelm Hüffmeier, por ocasião de culto de Pentecostes. Ex-professor da Faculdade de Teologia da IECLB e hoje pastor em Berlim Ocidental.